

20ª SESSÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

ATA N.º 20/2024

SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 12 DE DEZEMBRO DE 2024

----- Ao decimo segundo dia do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte quatro, pelas vinte e horas, reuniu, presencialmente e simultaneamente transmitida via streaming nas instalações do Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho de Lousada. -----

----- Às vinte e uma horas e quinze minutos, foi feita a chamada e verificou-se estarem presentes os seguintes Membros Municipais: -----

PRESENTES: -----

MEMBROS ELEITOS: -----

- 1 - Leonel Domingos Reis Vieira da Silva; -----
- 2 - Nuno Emanuel Moreira Fernandes substitui João Carlos Pinto Correia;
- 3 - Agostinho Gaspar de Oliveira Ribeiro; -----
- 4 - Eduarda Filipa Pereira Ferreira; -----
- 5 - Sandra Maria Leonor Pereira da Silva; -----
- 6 - João Carlos Sousa Teixeira da Fonseca; -----
- 7 - Rúben João Pinto Bessa; -----
- 8 - Filipa Daniela Gomes dos Santos substitui Joaquim José Correia Bessa;
- 9 - Rui Fernando Vieira da Silva Pereira substitui Maria José Pacheco Meireles Magalhães; -----
- 10 - Pedro Miguel Amaral Silva; -----
- 11 - Sónia Cláudia Fernandes de Oliveira; -----
- 12 - Vítor Carlos Almeida da Silva; -----
- 13 - Ana Cristina Leal Moreira; -----
- 14 - João Paulo Nunes de Brito substitui Ricardo Manuel de Bessa Marques; -----
- 15 - Pedro Filipe Teixeira de Faria; -----
- 16 - Paulo Alexandre Pedro de Magalhães; -----
- 17 - Carlos Manuel Cunha Moreira; -----
- 18 - Antero de Sousa Correia, substitui Joana Sofia Pacheco Nogueira; --
- 19 - **Maria de Lurdes Oliveira e Castro**. -----

OS PRESIDENTES DAS JUNTAS DE FREGUESIA PRESENTES NA SESSÃO: -----

- 20 - Jorge Agostinho Magalhães Cunha, freguesia de Aveleda; -----
- 21 - Ana Paula Vieira Moreira, representante legal de Luís Daniel Fernandes Peixoto; -----
- 22 - Carlos Manuel da Rocha Leal Ribeiro representante legal de Armando Jorge da Mota Moreira, freguesia de Lodares; -----
- 23 - Paulo Abílio Teixeira dos Santos, freguesia de Macieira; -----
- 24 - Joaquim Ribeiro de Magalhães, freguesia de Nevogilde; -----
- 25 - Diogo Agostinho Carvalho Aires, freguesia de Sousela; -----

- 26 - Elisa Maria Ferreira Cardoso Rosa Mesquita Pinto, freguesia do Torno
27 - António Fernando Morais da Silva, freguesia de Vilar do Torno e Alentém;-----
28 - Eduardo António Sousa e Castro Taveira, freguesia da União das freguesias de Cernadelo e Lousada (São Miguel e Santa Margarida);
29 - Eduardo A. Vilar Barbosa, freguesia da União das freguesias de Cristelos, Boim e Ordem; -----
30 --João Fernando Pinto de Magalhães, União das Freguesias de Figueiras e Covas;-----
31 - José Oliveira Nunes, União das Freguesias de Nespereira e Casais. --

----- **Verificou-se estarem presentes 31 Membros Municipais**, bem como a presença do senhor Presidente da Câmara Municipal de Lousada, Dr. Pedro Daniel Machado Gomes e dos senhores vereadores: Cristóvão Simão Oliveira Ribeiro (Coligação Acreditar Lousada), Manuel António da Mota Nunes (PS), Maria do Céu Vieira Rocha (PS), **Cláudia Patrícia Alves Pereira Lousada** em virtude do pedido de substituição apresentado por Carlos Manuel Soares Nunes (Coligação Acreditar Lousada), Nelson Ângelo Coelho Oliveira (PS) e António Augusto dos Reis Silva (PS). -----

----- **Verificando-se a existência de quórum, a senhora Presidente da Assembleia Municipal, Maria de Lurdes Oliveira e Castro, declarou aberta a Sessão.** -----

----- **PERIODO ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- A Presidente da Assembleia Municipal começou por informar os membros municipais presentes dos seguintes assuntos: -----

----- Em virtude da impossibilidade do Membro Municipal, 1.º Secretário da Mesa, **José Bernardino Pinto Nogueira**, de estar presente nesta sessão, por motivos de saúde, é nos termos legais substituído na Mesa pelo 2.º Rúben João Pinto Bessa, ficando, por isso, a composição da Mesa incompleta. ----

----- Assim, cumprindo o disposto no n.º 5 do art.º 22.º do Regimento em vigor (“Na falta de um ou dois membros da Mesa, o membro restante nomeia os outros elementos necessários.”), chamaram o membro Municipal para suprir a falta. Nesses termos, solicitou ao Membro Municipal, **Vítor Carlos Almeida da Silva**, para integrar a Mesa da Assembleia Municipal nesta Sessão como 2.º Secretário. -----

----- **Mais informou os solicitados pedidos de substituições nos termos do artigo 78.º da Lei 169/99 de 18 de setembro (versão atualizada):** -----

- Joana Sofia Pacheco Nogueira (PS) substituída por: Antero de Sousa Correia (PS);-----

- José Bernardino Pinto Nogueira (PS) substituído por: Óscar Miguel S. da Silva (PS); -----
- Maria José Pacheco Meireles Magalhães (PS) substituída por: Rui Fernando Vieira da Silva Pereira (PS) uma vez que o elemento Sónia Cristina Lourenço Ribeiro (PS) não se encontrava disponível para estar presente na sessão; -----
- Ricardo Bessa Marques (PPD/PSD) substituído por: João Paulo Nunes de Brito, uma vez que os elementos Maria Emília Pereira Teixeira (PPD/PSD), André António das Neves Magalhães (PPD/PSD) e Luciana Isabel Dias Martins não se encontravam disponíveis para o efeito e, -----
- Joaquim José Correia Bessa (PPD/PSD) substituído por: Filipa Daniela Gomes dos Santos (PPD/PSD), uma vez que o elemento Ana Delfina Teixeira Aires não se encontrava disponível para o efeito. -----

----- **Mais informou ainda a substituição nos termos do n.º 3 do artigo n.º 10 do Regimento da Assembleia Municipal de Lousada e, al.ª c) do n.º 1 do artigo 18 da lei n.º 75/2012 de 12 de setembro (versão atualizada):** -----

- Armando Jorge da Mota Moreira, Presidente de Junta da freguesia de Lodares, representado pelo seu representante legal Carlos Manuel da Rocha Leal Ribeiro e, -----
- Ana Paula Vieira Moreira, representante legal de Luís Daniel Fernandes Peixoto. -----

----- A Presidente da Assembleia deu conhecimento das atas das reuniões de Câmara aos membros desta Assembleia Municipal: -----

- Ata da Reunião Ordinária de 22 de outubro; Ata Ordinária de 07 de outubro de 2024; Ata Ordinária de 16 de setembro de 2024; Ata Ordinária de 9 de setembro de 2024 e Ata Ordinária de 12 de agosto de 2024. -----

----- De seguida colocou a discussão/votação da Ata da Assembleia Municipal n.º 19/2024, referente à Sessão Ordinária de 05 de setembro de 2024, não se tendo registado qualquer intervenção, foi colocada a votação, **a mesma foi aprovada por unanimidade pelos membros presentes participantes na sessão de 05 de setembro de 2024.** -----

----- Não participaram na votação os Membros da Assembleia que não estiveram presentes na referida Sessão, em cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 34º do Código do Procedimento Administrativo. -----

----- **Em seguida a Mesa da Assembleia Municipal de Lousada apresentou a proposta n.º 1 do seguinte teor:** -----

«A Mesa da Assembleia Municipal de Lousada e os grupos municipais propõem o voto de pesar e um minuto de silêncio pelo falecimento do pai

da senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lousada, Lurdes Castro.» -----

----- **Aprovado por unanimidade de 31 votos.** -----

----- **Foi cumprindo um minuto de silêncio em sua memória.**-----

----- Após a votação do voto de pesar, a Sra. Presidente da Assembleia informou os membros municipais de que existe uma retificação ao ponto 7 da Ordem do Dia da Assembleia em curso. De seguida, a Sra. Presidente fez uma intervenção sobre o assunto, e o senhor Presidente da Câmara prestou um esclarecimento adicional. -----

----- **Intervenção da senhora Presidente da Assembleia Municipal, LURDES CASTRO:** «Antes de continuarmos com a ordem de trabalhos, gostaria de informar o seguinte: No ponto número 7 da ordem de trabalhos, menciona-se um subsídio a ser atribuído à Junta de Freguesia de Caíde de Rei. O valor correto é 4.642€ e não 5.813,50€, conforme apresentado nos documentos iniciais. No entanto, já foi colocada na plataforma a explicação para esta situação. Não sei se o senhor Presidente quer tecer algum comentário sobre esta alteração?» -----

----- **Esclarecimento do senhor Presidente de Câmara Municipal:** «Boa noite a todas e a todos. Relativamente a este assunto, está junto à agenda um despacho para retificar a ata, pois a proposta é muito clara. No entanto, ao fazerem a ata, colocaram o valor que fez parte dos cálculos. Como é normal e como fazemos em todas as situações, o apoio que a Câmara dá para esse tipo de participações é de 80%. Portanto, não se está a alterar nada, pois a proposta é exatamente aquela dos 4 mil e tal. No entanto, ao fazerem a ata, por lapso, colocaram o valor de 100%, o que é um lapso manifesto. Basta ler a documentação. Portanto, essa ata foi corrigida por despacho de urgência e agora será ratificada na próxima reunião de Câmara.» -----

----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS GRUPOS MUNICIPAIS**-----

----- A senhora Presidente da Assembleia deu **início ao período de intervenção dos Grupos Municipais**, dando a palavra aos Membros da Assembleia Municipal Presentes. -----

----- **Intervenção do Membro Municipal, LEONEL VIEIRA, da Coligação Acreditar Lousada:** «Senhora Presidente da Assembleia, Senhor Secretário, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Vereadores, caros colegas

deputados, excelentíssimo público, comunicação social e todos aqueles cidadãos de Lousada que nos estejam hoje ou noutra dia a ouvir. Queria vos falar agora de um assunto que está em cima da mesa e que fomos confrontados há dias, que tem a ver com a desagregação da União de Freguesias de Lustosa e Barrosas Santo Estevão. Na sexta-feira à noite, fui surpreendido com a informação de que o processo de desagregação de Lustosa e Barrosas Santo Estevão tinha sido reprovado na Assembleia da República pelo grupo de trabalho que está a tramitar os processos de desagregação das freguesias. Na votação, o PS, o CHEGA e o PSD votaram a favor da rejeição porque, tecnicamente, o processo de desagregação não cumpria o que está instituído na lei. O PCP absteve-se. No sábado de manhã, falei por telefone com a deputada do PSD, Dra. Olga Freire, que integra o grupo de trabalho, para perceber o que estava a passar, e fui por ela informado que o processo de Lustosa e Barrosas Santo Estevão não cumpre um dos requisitos principais. A Câmara Municipal de Lousada não entregou o quadro do mapa de pessoal e que não está garantido que cada uma das freguesias, Lustosa e Barrosas Santo Estevão, possa vir a ter pelo menos um funcionário nos seus quadros. Entretanto, na segunda-feira de manhã, estive pessoalmente na cidade do Porto com a Dra. Olga Freire, bem como com o Presidente do Grupo Parlamentar do PSD na Assembleia da República, Dr. Hugo Soares, a quem manifestei a minha preocupação e solicitei que tudo fizessem para que a desagregação se consumasse. Entretanto, no mesmo dia, na segunda-feira, ao final da tarde, estive reunido com o senhor Presidente da Câmara Municipal de Lousada para falarmos sobre o assunto, e este deu-me conhecimento de que a senhora Presidente da Assembleia Municipal tinha endereçado um ofício ao grupo de trabalho na Assembleia da República, mais precisamente à 13ª Comissão do Ordenamento do Território e Poder Local, onde é solicitada a reapreciação técnica do processo de desagregação de Lustosa e de Barrosas Santo Estevão. Nesse mesmo dia, falei novamente com a deputada Dra. Olga Freire, a quem dei nota da minha reunião com o senhor Presidente da Câmara e solicitei que analisassem novamente o processo, bem como a argumentação constante do ofício apresentado pela Assembleia Municipal de Lousada. Entretanto, a votação final em sede de Comissão e que estava prevista para esta semana, foi adiada para a próxima semana. E depois, obviamente, subirá ao plenário da Assembleia da República. No plenário da Assembleia da República onde, na votação final, podem ainda os deputados alterar a decisão da Comissão. Ou seja, para já, nada está decidido, temos de aguardar. Da minha parte e do PSD de Lousada, garantiremos que tudo estamos a fazer para que a desagregação seja conseguida, para que Lustosa e Barrosas Santo Estevão voltem a ser duas freguesias distintas, tal como é a vontade dos seus autarcas e, certamente, da maioria da população de Lustosa e Barrosas Santo Estevão.» -----

----- Entraram na sala da sessão Ordinária da Assembleia Municipal de

Lousada, pelas 21 horas e 25 minutos os membros Municipais: -----

- **Adelaide Augusta Vieira Barata Gomes**, do Partido Socialista;-----
- **Óscar Miguel Sobral da Silva**, do Partido Socialista que substitui o membro Municipal efetivo José Bernardino Pinto Nogueira. -----

-----**Intervenção do Membro Municipal, EDUARDA FERREIRA, Partido Socialista:** «Excelentíssima senhora Presidente da Assembleia Municipal e restantes membros, excelentíssimo senhor Presidente da Câmara e senhores Vereadores, excelentíssimos senhores Deputados Municipais, excelentíssimo público. É com muito gosto que aproveito para dizer que vejo aqui muitas caras jovens, hoje. Excelentíssima comunicação social e restante público que nos ouve em casa. Doutor Leonel, eu vou dizer uma coisa aqui: o senhor faz corar um populista. Porque eu percebo que tenha a necessidade de vir aqui sacudir a água do capote, porque o senhor sabe perfeitamente que aqui, nesta mesma Assembleia, aprovamos todos os documentos da candidatura à desagregação de Lustosa e Santos Estevão. Portanto, a lei foi analisada, foram analisados os documentos instrutórios necessários a essa candidatura. Desses documentos instrutórios, o senhor sabe tão bem quanto eu que não constava a necessidade ou a obrigatoriedade da junção do mapa de pessoal. Foi feita a candidatura nesses termos, aprovámo-la aqui. E o que é que resulta? Resulta que agora, e ao contrário do que o senhor disse, que é mentira, e friso, é mentira, o PS não votou contra a continuidade do processo. O PS votou a favor. Quem votou contra foi o PSD e o CHEGA, e o senhor também se esqueceu de dizer aqui que o entendimento do PSD nacional, e também pode dizê-lo, porque o senhor está à vontade para o dizer, que está aqui na qualidade de representante do PSD local, é a não desagregação desta União de Freguesias, porque há um entendimento genérico de que quantas mais chumbarem, melhor. Porque, claro, foi o PSD que trouxe a agregação. Claro que agora é “chato” – e perdoem-me a expressão – ter de engolir o sapo e desagregá-las. Portanto, o entendimento geral, e por isso é que em sede de Comissão, o PSD “chumba”, porque está a cumprir naturalmente aquilo que é, no fundo, uma disciplina de voto do partido. Portanto, o senhor vem sacudir a água do capote, pode dizer que tomou todas as diligências necessárias para que a situação se dê por bem, para que o PSD, no fundo, na Comissão, deu o dito por não dito e vota a favor da continuidade do processo. Agora, não pode vir dizer que o PS votou contra. O PS não votou contra. Há-de me dizer onde é que isso está, porque eu fui informada também, tal qual o senhor, e o PS não votou contra. Portanto, não venha para aqui dizer isso. Agora, da mesma maneira, também não pode dizer que a Câmara Municipal não juntou o mapa de pessoal. Não, todos nós aprovamos os documentos instrutórios. Da lei não consta o Mapa de Pessoal como instrumento obrigatório. E continuo a dizer, e essa é a minha opinião, que o mapa de pessoal não é obrigatório. Portanto, se vierem com a questão da rejeição da candidatura por esse motivo, muita água vai correr debaixo da ponte. Agora, não venha sacudir a água do capote e vir aqui dizer inverdades.

Não corresponde à verdade que o PS tenha votado contra. Bem, como também importa dizer, quem votou contra foi o PSD e foi o CHEGA. E, Dr. Leonel, muito bem, acho muito bem que o faça, até porque pode ter peso nesse sentido junto dos órgãos nacionais e os senhores Deputados com os quais naturalmente terá boas relações. Diligencie, e muito lhe agradeço que o faça no sentido do PSD reverter essa decisão.» -----

----- Entrou na sala da sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Lousada, pelas 21 horas e 28 minutos o senhor Presidente da União de Freguesias de Silvares, Pias, Nogueira e Alvarenga da Coligação Acreditar Lousada, **Fausto Manuel da Costa Oliveira.** -----

----- **Intervenção do Membro Municipal, LEONEL VIEIRA, da Coligação Acreditar Lousada:** «Doutora Eduarda, permita-me que lhe diga o seguinte: eu aqui apenas me limitei a transmitir aquilo que tomei conhecimento junto dos deputados do PSD na Assembleia da República, que me disseram precisamente aquilo que aqui evidenciei. Quero também que saiba que nós estamos aqui disponíveis para, como disse já pessoalmente ao senhor Presidente de Câmara para ajudar a que a desagregação da freguesia de Lustosa e a de Santo Estêvão aconteçam. Estamos disponíveis para que isso aconteça. Não fui eu que disse que não foram entregues os documentos, neste caso, o mapa de pessoal; foi a informação que me foi transmitida pelos deputados do PSD na Assembleia da República que integram a Comissão, o grupo de trabalho, que nos informaram que não foi entregue o quadro de pessoal e disseram ainda que isso é necessário. Mais ainda, que não está garantido que um dos pressupostos necessários para que as freguesias fiquem separadas é exatamente este. Ou seja, tem de haver uma garantia de que as duas freguesias terão pelo menos um trabalhador, terão pelo menos um funcionário. E essa garantia, segundo me dizem na Assembleia da República, não está devidamente assegurada pela Câmara Municipal ou pela Junta de Freguesia ou pela Assembleia Municipal, como queira a Dra. Eduarda, entender.»-----

----- Entrou na sala da sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Lousada, pelas 21 horas e 34 minutos o senhor Presidente da Freguesia de Meinedo do Partido Socialista, **Nuno Daniel de Sousa Ferreira.** -----

----- **Intervenção do Membro Municipal, EDUARDA FERREIRA, Partido Socialista:** «Venho aqui também trazer um assunto que a todos nos diz respeito, que a todos nos tem preocupado e, por esse motivo, deixo aqui uma interpelação ao senhor Presidente da Câmara e ao Executivo, no sentido de perceber qual é o ponto de situação relativamente aos trabalhadores que foram despedidos no decurso da semana anterior.

Gostava de saber que diligências foram adotadas. Sei que, efetivamente, o município tomou algumas diligências, que essas diligências foram tomadas de forma serena, de forma tranquila, quase a portas fechadas, como assim tem de ser, sem circos mediáticos, porque é assim que tem de ser a vida quando falamos da vida das pessoas. Portanto, nessa medida, senhor Presidente da Câmara, pergunto-lhe: Que diligências foram tomadas? Qual é o ponto da situação? Já agora, também questiono se o senhor Presidente teve alguma preocupação demonstrada da bancada da Coligação. Se lhe foi questionado qual era o ponto da situação ou se lhe foi oferecida qualquer tipo de ajuda no sentido de melhorar a vida destes cidadãos. Se ofereceram ajuda, gostava de saber um bocadinho sobre isso, porque, dado os últimos acontecimentos, é uma coisa que me apoquento. Tenho mais duas outras questões para este executivo. Gostava de perguntar também em relação à habitação acessível que já temos aqui discutido, que entronca também naturalmente em políticas da juventude. Questiono o senhor Presidente da Câmara: Qual o ponto de situação dos projetos que temos em curso, nomeadamente o projeto Hans Isler e o projeto de construção na Aparecida? E, depois, deixo-lhe ainda outra questão, aproveitando aqui as preocupações do nosso concelho, que tem que ver com a falta de recursos dos serviços públicos, como as finanças ou a conservatória. Se tem alguma novidade do governo, se não tem, se sabe em que ponto de situação é que estamos quanto a esse assunto?» -----

-----**Resposta do senhor Presidente da Câmara Municipal, PEDRO MACHADO:** «Relativamente à primeira questão colocada pelo senhor Dr. Leonel Vieira, a propósito da desagregação das freguesias, podia ter dito tudo. De facto, falou comigo. Falou comigo porque eu chamei-o à Câmara para falar consigo, porque eu estava muito preocupado com aquilo que tinha acontecido nesse dia. Ou seja, nós tínhamos mantido um contacto quase permanente com o deputado do PS que está nessa comissão, porque esse assunto estava devidamente sinalizado por nós como um assunto de extrema importância para Lousada. Entretanto, no dia anterior e nesse dia, esse deputado do PS ligou-nos não sei quantas vezes ou mandou-nos mensagem a dizer que faltava isto ou que faltava aquilo, e nós íamos respondendo: isso já foi entregue. Confirma-se, já foi entregue. A seguir dizia novamente, mas falta mais isto. E nós voltávamos a responder: isso já foi entregue. Até que no fim fomos confrontados com essa dita notícia. Contrariamente àquilo que o senhor disse, e eu no e-mail que lhe enviei referi isso, quem rejeitou o prosseguimento do processo foi o PSD e o CHEGA, embora se trate ainda de uma votação indiciária, porque nada está fechado. Isso é muito fácil de confirmar. E, portanto, o PS votou contra porque entendia que esse processo devia prosseguir. A CDU, num primeiro momento, absteve-se, mas depois alterou o sentido de voto e votou alinhado com o PS, ou seja, contra o facto de o processo não avançar. E, portanto, é essa informação que tenho, mas isso é muito fácil, seguramente, de ser verificado. Aliás, eu pedi ao Deputado para ele confirmar e ele garantiu-me que foi assim. Depois, dar nota, como aqui foi dito pela Dra.

Eduarda, que aquilo que percebi é que efetivamente parece que há uma orientação do PSD Nacional junto da Deputada que está nessa comissão para, ao mínimo pormenor, “chumbar” e bloquear as situações. E, portanto, eu repito aquilo que disse aqui a Dra. Eduarda. Este processo foi devidamente organizado. Mereceu a concordância unânime quer na Assembleia de Freguesia, quer na Câmara Municipal, quer na Assembleia Municipal. A documentação foi junta a cada uma dessas deliberações. Entretanto, foi instruído o processo há um ano, em novembro de 2023, a Assembleia da República pediu à Assembleia Municipal mais esclarecimentos. Num ofício intitulado aperfeiçoamento do pedido em que pedem alguma informação que já tinha sido remetida. E nós respondemos a esses três pontos. Efetivamente, um dos pontos tem que ver com a questão do pessoal, mas em momento algum, inclusivamente nesse ofício, não foi pedido para juntar o mapa de pessoal. Foi pedido, sim, informação que consta do mapa de pessoal, informação essa que foi dada. Porque é verdade que um dos requisitos que está na lei para que as freguesias possam ser desagregadas é que esteja assegurado pelo menos um recurso humano, quer numa quer noutra freguesia e, no caso em concreto, aquilo que foi proposto foi que um elemento, um recurso humano, um funcionário da freguesia de Lustosa seria a prever através do mapa de pessoal da União de Freguesias e o de Santo Estêvão seria por mobilidade do Município. E, portanto, na nossa opinião, não há qualquer razão objetiva para que este processo não prossiga a não ser questões políticas. Aliás, o facto de ter chamado à Câmara o senhor Deputado Municipal Dr. Leonel Vieira para falar com ele foi para, no fundo, apelar para que fizesse os contactos devidos com quem de direito para fazer ver àquelas pessoas de Lisboa que esta realidade aqui em Lousada é uma realidade diferente de muitas outras, porque há concelhos em que pediram para desagregar tudo. Nós aqui pedimos apenas uma, porque nos parecia que nesta fase era aquela situação que cumpria os requisitos e, porventura, a mais gravosa, porque nas outras pode haver quem não concorde, mas o assunto está mais ou menos pacificado. Naquela União de Freguesias nunca esteve. Aquelas pessoas não se conformam com aquela situação porque as realidades de uma freguesia e de outra são completamente diferentes. Santo Estêvão não tem nada contra Lustosa, mas entende que tem condições para ter uma freguesia confinada apenas ao seu âmbito territorial porque tem uma identidade própria, porque tem uma série de serviços que justificam essa manutenção, porque tem inclusivamente um afastamento também geográfico e fracas ligações entre uma freguesia e outra. Por todas as razões e mais alguma. E por isso é que, neste assunto, nós estivemos todos de acordo e, por unanimidade, tomamos as decisões que tomamos. E, portanto, não vale a pena vir agora para aqui sacudir a água do capote, porque todos nós queremos, assim espero, que a coisa corra bem e que este processo seja votado. Portanto, ainda que o CHEGA queira continuar a votar contra este processo, basta que o PSD alinhe com o PS e vote ao lado do PS. Este processo passa com toda a facilidade e, portanto, não vale a pena andar aqui a arranjar subterfúgios porque só mesmo por questões

políticas é que este processo poderá ser bloqueado. E eu espero que não, porque efetivamente acho que seria completamente incompreensível. Seria um mau serviço que estaríamos todos a prestar aos nossos concidadãos. -----

----- Depois, dar nota, inclusivamente, que durante esse dia, antes da deliberação, os trabalhos foram suspensos por diversos momentos, a pedido do deputado do PS para, no fundo, confirmar se efetivamente faltava aquilo que estavam a apontar como falta e depois todas essas coisas que foram elencadas efetivamente confirmaram que estavam lá. Portanto, este argumento foi, enfim, uma última tentativa que me parece pouco feliz. Entretanto, a Sra. Presidente da Assembleia Municipal mandou um e-mail a pedir a reapreciação do assunto, onde foi justificado que este processo está devidamente instruído, que cumprimos todos os requisitos, inclusivamente, no que respeita à instrução de processo, citamos dois documentos oficiais com essa instrução de processo. Estou a falar de um documento elaborado pela ANAFRE (Associação Nacional das Freguesias) e outro da Comissão de Coordenação, que aliás, esta Assembleia e a Câmara ao organizar o processo, seguiu e em lado nenhum está lá a junção do mapa de pessoal. E, portanto, eu espero que haja bom senso neste processo e espero que o PSD Lousada tenha, enfim, essa força para fazer ver ao PSD Nacional e aos Deputados na Assembleia da República que esta situação não está a ser devidamente equacionada. Portanto, espero que impere o bom senso nesta matéria. -----

----- Depois, relativamente à questão que a Dra. Eduarda colocou sobre os trabalhadores cujas empresas encerraram nestes últimos dias, lamento o aproveitamento político que houve nesta matéria. Esta situação começou, salvo erro, na quinta-feira da semana passada com a notícia do encerramento de uma empresa em Macieira, deixando 86 trabalhadores no desemprego. Nós rapidamente tomamos as devidas ações. A senhora Vereadora contactou de imediato o senhor Delegado Regional do IEFP e a Sra. Coordenadora do Centro de Emprego de Penafiel. Foi-lhes solicitado o máximo empenho para que se desse uma resposta célere àqueles trabalhadores, porque sabemos que a primeira coisa que deve ser feita nessas situações é fazer com que os processos de inscrição no centro de emprego sejam o mais céleres possível, para que as pessoas não fiquem desprotegidas e sem qualquer rendimento. Só depois dessa inscrição é que a segurança social terá condições para começar a pagar as prestações sociais de desemprego. Foi combinado logo nesse dia que no dia seguinte voltariam a reunir. No dia seguinte, a senhora Vereadora esteve na Junta de Freguesia de Macieira, numa sessão de esclarecimento com os trabalhadores, para lhes dar nota do que deviam fazer, tendo em vista essa rápida inscrição no centro de emprego. Nesse mesmo dia, voltou a falar com o senhor Delegado Regional e ficou logo acertada a estratégia. O Município disponibilizou os seus recursos, meios e instalações para ajudar nesta primeira etapa. Ficou combinado que na segunda-feira seguinte, que foi a segunda-feira desta semana, estaria já uma equipa do IEFP nas instalações da Câmara Municipal, a atender os trabalhadores

desempregados para fazerem a sua inscrição. Vieram dois elementos do Centro de Emprego de Penafiel, um do Centro de Emprego de Matosinhos e outro do Centro de Emprego do Porto. Estiveram cá, onde atendemos mais de duzentas pessoas. Mas depois dou a palavra à Sra. Vereadora para ela poder complementar. Tivemos aqui um posto de trabalho para isso. Houve outros trabalhadores que estiveram no Centro de Emprego. Aliás, na primeira noite fomos confrontados com notícias de que alguns trabalhadores estavam lá às 4 da manhã, o que é desumano. A ideia de reunirmos com os trabalhadores foi dar-lhes nota de que não era necessário fazer isso, bastaria fazer a marcação do atendimento de forma telefónica ou via online. Isso seria relevante para efeitos de início do direito, para no fundo ter depois esse direito. Fizemos tudo o que estava ao nosso alcance. Entretanto, falei também com o senhor Secretário de Estado no mesmo dia. Creio eu que, entretanto, tivemos a notícia do encerramento de mais duas empresas. Dessas, apesar de as notícias referirem 350 trabalhadores, nós temos inscritos apenas duzentos e vinte. Alguns desses trabalhadores não são do concelho de Lousada, portanto, é um problema que afeta também os concelhos vizinhos. Sim, é um problema grave. O meu telefonema ao senhor Secretário de Estado do Trabalho foi para lhe dar notam mas ele já sabia. Já sabia inclusivamente que no dia anterior a Sra. Vereadora tinha falado com o senhor Delegado Regional. Já sabia também que o Centro de Emprego estava a mobilizar todos os meios possíveis para que essa primeira fase de inscrição dos trabalhadores fosse o mais célere possível. Disse-me inclusivamente que iriam fazer um esforço para que esse processo de inscrição fosse o mais rápido possível, com a meta de estar finalizado no dia 13, para ver depois, mas sem garantia, se era possível aos trabalhadores receberem a prestação social de desemprego ainda durante este mês de dezembro. Pedi-me para não referir isso porque não havia ainda certeza de que isso seria possível. Foi com alguma admiração que vi o senhor Deputado Municipal, enfim, à frente de uma câmara de televisão, a dizer que está tudo garantido. Espero bem que esses trabalhadores recebam. É isso que todos queremos, mas não sei se o Centro de Emprego - IEFP ou o Governo lhe deu informações que não deu a mim. A mim, o que me foi dito é que estavam a fazer tudo o que fosse possível para que esses pagamentos fossem feitos ainda no mês de dezembro, mas naquela altura ainda não havia garantia de que isso viesse a ser possível. E, já agora, permita-me que o corrija, porque acho que é lamentável procurar tirar proveitos políticos com questões de desgraça alheia. Acho que é lamentável. E, depois, quando nós vemos a entrevista, o que é que concluímos? Concluímos que não há notícia nenhuma porque está tudo garantido, todos os direitos. E, portanto, que direitos são esses? *“São os vencimentos em atraso; é o subsídio, fundo desemprego e, aliás, é o que resulta da lei. E será assegurado através do Fundo de Garantia Salarial.”* Ora bem, para dizer que os trabalhadores têm direitos e o que está na lei, toda a gente sabe. Para dizer que há um Fundo de Garantia Salarial, toda a gente sabe. Agora, também, toda a gente sabe, ou quase toda a gente, que, infelizmente, o Fundo de Garantia Salarial não cobre todos os direitos.

E a grande questão é essa. Portanto, como é que se diz com esta ligeireza que o Governo e o IEFP garantiram que todos os direitos estão assegurados quando isso depende de a empresa ter ou não ter recursos suficientes para pagar esses direitos? Porque o Fundo de Garantia Salarial, como é sabido, não cobre todos esses direitos. Tem um limite, o limite de 6 salários mensais, e podem atingir um máximo de 18 remunerações mínimas garantidas. Ou seja, num cenário desses, que eu espero que não venha a acontecer, se porventura essas empresas no processo de insolvência a prosseguir, se elas não tiverem recuperação possível e se houver liquidação dessas empresas, se elas não tiverem, no fundo, condições para pagar todos os direitos a esses trabalhadores, os trabalhadores só vão receber aquilo que o Fundo de Garantia Salarial pagar. E, portanto, vão receber muito menos do que aquilo que receberiam se houvesse um despedimento coletivo sem a falência da empresa, como é óbvio, porque os direitos são muito superiores àqueles que o Fundo de Garantia Salarial cobre. E, portanto, acho que foi uma intervenção infeliz, que lamento, para além de induzir as pessoas em erro. Mas, enfim, é o que temos. Teve o seu momento de glória, mas acho que ficou mal na fotografia, infelizmente. Não sei se a Senhora Vereadora tem mais alguma coisa de relevante a acrescentar.» -----

-----Nos termos do n.º 3 do artigo 48 da Lei 169/99 de 18 de setembro, com a anuência do senhor Presidente da Câmara, Dr. Pedro Machado, passou a palavra à senhora Vereadora MARIA DO CÉU ROCHA, Partido Socialista. -----

----- Intervenção da senhora Vereadora, Maria do Céu Rocha (PS):

«Muito boa noite! Queria dar nota apenas de que, a partir do momento que tivemos conhecimento do encerramento das empresas, procuramos apoiar os trabalhadores naquilo que nos foi possível e na salvaguarda daqueles que são os seus direitos. Solicitámos ao Sr. Delegado Regional do IEFP e à Sra. Coordenadora do Centro de Emprego de Penafiel a colocação de técnicos do Centro de Emprego, no Edifício Paços do Concelho, de modo que todos pudessem fazer a inscrição até dia 13, permitindo assim que o seu subsídio pudesse ainda ser processado até ao final deste mês. No que se refere aos trabalhadores da empresa de Macieira, reunimos com todos os trabalhadores e informámos sobre os seus direitos, mas a empresa ainda não encerrou formalmente, pelo que ainda não foi possível termos os mesmos procedimentos. Começamos, no entanto, a receber estas famílias com mais dificuldades, visto que ainda não lhes é possível ter data prevista para receber o subsídio de desemprego, mas têm contas para pagar, nomeadamente, empréstimos, rendas, água e eletricidade, entre outros. E o nosso foco tem sido estas famílias! A fase seguinte é apostar na requalificação destes trabalhadores porque se alguns poderão vir a ser integrados novamente na indústria têxtil, outros poderão enveredar por outras áreas de maior empregabilidade e de maior procura, como a área da metalurgia e metalomecânica. Aliás, isto foi abordado na reunião que fizemos e verificou-se muita receptividade. Este é o ponto de situação do que tem sido desenvolvido, procurando preservar os trabalhadores e afastado dos mediatismos, porque isso em nada contribui para a imagem do setor na Região. O importante é apoiar as pessoas, as famílias.» -----

----- **continuação da resposta do senhor Presidente da Câmara Municipal, PEDRO MACHADO:** «Relativamente às questões que a Dra. Eduarda referiu sobre habitação, infelizmente estamos muito preocupados porque não temos notícias. Temos procurado falar com o IRUH e não temos conseguido, seja por telefonemas, seja por e-mails de uma série de pedidos. Entretanto, na semana passada, ou na anterior, estive com o Senhor Ministro das Infraestruturas em Baião, creio que já foi há duas semanas, na inauguração de uma requalificação de uma estrada nacional. Durante o almoço, falei-lhe neste assunto e disse-lhe que estava muito preocupado porque não estávamos a ter respostas do IRUH e que tínhamos aqui dois projetos importantíssimos de construção de habitação acessível e estávamos a temer que os mesmos acabassem por abortar, porque sabemos todos que há prazos muito curtos para a execução destes projetos. O que ele me disse é que foram dadas indicações expressas ao IHRU para se dar prioridade aos projetos que são financiados pelo PRR e os outros, que são financiados com fundos reembolsáveis através de empréstimos do BEI, ficavam para uma segunda fase. Ainda não estou certo de que seja o caso deste projeto da habitação Hans Isler. A perceção que eu tinha era que era um projeto também financiado pelo PRR, portanto, é essa a informação que temos. Estamos a apelar para que efetivamente este processo prossiga. Da nossa parte, tudo fizemos: disponibilizamos terreno, em devida altura os projetos avançaram, houve uma seleção, houve uma escolha, estávamos todos animados com isto e, entretanto, nos últimos meses, a perceção que temos é que o processo está parado. Portanto, estamos muito preocupados e o mesmo acontece com o processo do Torno. Vamos continuar a insistir junto do IHRU para saber respostas sobre esta matéria. Relativamente à questão dos serviços públicos, estamos obviamente muito preocupados porque é sabido que o Município tinha disponibilizado dois recursos humanos por mobilidade. Entretanto, ao fim de 18 meses, essas trabalhadoras quiseram regressar à Câmara Municipal. Tivemos há dias uma reunião com um dos vogais do Conselho Diretivo do IRN. Aquilo que nos foi dito é que a solução passa por recrutamento de pessoal, pois por mobilidade está visto que não conseguem resolver o problema. Estão à espera de que o governo autorize a abertura de um concurso público. Percebi que está nas mãos do Governo, portanto, espero que essa decisão também seja o mais célere possível, sob pena de continuarmos com este problema grave de falta de recursos humanos para assegurar os serviços mínimos nos serviços públicos. -----

----- **PERIODO DA ORDEM DO DIA**-----

----- Finalizadas as intervenções, a senhora Presidente da Assembleia Municipal deu início ao **PERIODO DA ORDEM DO DIA**, dando a palavra aos Membros da Assembleia Municipal PRESENTES, com os seguintes pontos a deliberar:-----

1. -----Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara e discussão de outros assuntos de interesse do Município; -----

----- **Intervenção do Membro Municipal PEDRO AMARAL, da Coligação Acreditar Lousada:** «Antes de mais cumprimentar a Mesa, todo o executivo

na pessoa do senhor Presidente. Os colegas e as colegas Deputadas, senhores Presidentes de Junta, comunicação social, o público numeroso aqui presente e os Lousadenses que nos acompanham via online. ----- Antes de iniciar a minha intervenção, eu só queria mesmo dizer que, em face daquilo que acabou o senhor Presidente de informar e a senhora Vereadora, se houve alguém que logo desde o primeiro dia fez aproveitamento político da situação que acabámos de falar, foi o executivo e foi o Partido Socialista. Aliás, desde logo com publicações no Facebook, com sessões de esclarecimento e agora até com perguntas a pedido. Mas adiante, que o assunto já passou. -----

Senhor Presidente, queria iniciar a minha intervenção nesta Assembleia, interpelando neste ponto, porque aquilo que cada vez mais resulta evidente ao longo das últimas Assembleias é que estas suas intervenções têm cada vez menos de informativo e cada vez mais de propaganda eleitoral. Senhor Presidente, na última Assembleia em que participei, deixou escapar um desabafo de opinião sobre a minha inabilidade. Pois bem, senhor Presidente, deixe-me dizer-lhe então o que é inabilidade. Inabilidade é anunciar que o número de candidaturas para o Centro de Acolhimento de Caíde ultrapassa os 32 lotes disponíveis, sem dizer que se teve de prorrogar o prazo para submissão de propostas e que, em teoria, as 42 candidaturas até podem ser todas para o mesmo lote. Inabilidade é afirmar no ano passado que 1 milhão de fundos comunitários não chegava para avançar com o projeto da Loja do Cidadão. E, agora, a um ano das eleições, qualquer milhão do PRR servir para anunciar a sua criação, para resolver o problema do desaterro do Românico. Inabilidade é manter o nível de impostos do Município e, ao mesmo tempo, gastar 36.000€ numa estrutura de uma Cornélia, sem com isso trazer um único benefício objetivo para a preservação da espécie. Mais valia ter usado as bicicletas Cornélias como sucata na criação da escultura e poupar o preço. Inabilidade é ter a Vila de Lousada mergulhada na absoluta penumbra durante o ano e, ao mesmo tempo, aumentar em 50% os gastos com iluminação de Natal. E, nem assim, conseguir rivalizar com os Municípios vizinhos durante a quadra. Em suma, este executivo trabalha muito para aquilo que dá boa mídia nas redes sociais e muito pouco para aquilo que efetivamente afeta positivamente a vida dos Lousadenses. As vossas opções e escolhas políticas ficam ainda mais evidentes quando comparamos o conteúdo das informações escritas com o orçamento e as taxas de impostos que vamos discutir adiante. De facto, os primeiros quatro pontos da ordem do dia são bem demonstrativos do que é o Partido Socialista em Lousada. Às segundas e terças batem com as bandeiras sectárias da esquerda no peito, às quartas e quintas citam Thatcher nas contas certas e apoiam protocolos dos privados na saúde. E às sextas, se der votos, pesca-se mais um prémio para anunciar com pompa e fazem-se meia dúzia de promessas para executar se e quando der. A conjugação de circunstâncias que vive hoje o Município, com um saldo de gerência de 10 milhões de euros à disposição, um PPI com obras estrategicamente programadas para arrancar em ano de eleições, mas com a execução atirada lá para a

frente, e o estilo propagandista das informações escritas que a presidência nos apresenta só tem um nome e é a receita para aquilo a que se chama uma tentativa de comprar eleições.» -----

----- **Intervenção da Membro Municipal, LEONEL VIEIRA, Coligação**

Acreditar Lousada: «Senhor Presidente da Câmara, nesta primeira oportunidade para poder falar após a sua intervenção, permita-me que lhe diga duas ou três coisas a propósito da sua intervenção. Primeiro, quanto à questão da desagregação das freguesias de Lustosa e Barrosas (Santo Estêvão), quero-lhe reafirmar o seguinte: os dados que transmiti aqui, nesta Assembleia, neste púlpito, foram precisamente aqueles que me foram transmitidos pelos Deputados do PSD na Assembleia da República que integram o Grupo de Trabalho. Por isso, quero garantir que uma vez mais aqui, que o PSD de Lousada está empenhado para ajudar a que se concretize a desagregação da freguesia de Lustosa e de Barrosas (Santo Estêvão). Quanto ao PSD Lousada e aos Autarcas do PSD, quer em Lustosa, quer também em Santo Estêvão, possa Vossa Excelência ter a certeza estou certo, ao lado do Partido Socialista, ao lado da Câmara Municipal, ao lado da população de Lustosa e de Santo Estêvão, para que tal aconteça. -----

---Agora, relativamente a outro assunto que o senhor Presidente de Câmara acabou de falar, sobre a questão deste problema da área do setor têxtil das empresas que infelizmente tiveram de encerrar ou que encerraram. Eu sei que o senhor Presidente de Câmara fica um bocadinho preocupado quando faço intervenções públicas, mas lamento que se preocupe com isso. Não há necessidade de se preocupar com as minhas intervenções, mais não faço que a minha obrigação. Eu sou Deputado na Assembleia Municipal, tenho o direito e até o dever de, aqui ou noutra local qualquer, expressar a minha opinião e a expressar a opinião do PSD de Lousada, porque também sou Presidente dessa estrutura. Como tal, não faço mais do que a minha obrigação. Se o incomoda, lamento, mas também não é um assunto que me preocupe muito. Assim sendo, vou voltar até porque o senhor gosta que fale no assunto, vou voltar à questão do encerramento das empresas e dizer-lhe, senhor Presidente da Câmara, caros amigos e amigas aqui presentes e a quem também nos está a ouvir e a ver. Esta situação da crise na indústria do setor industrial, das confeções, de vestuário, infelizmente é uma notícia há muito anunciada. Há muito que os Autarcas do PSD e dirigentes do PSD Lousada têm manifestado a sua preocupação quanto ao futuro do setor da confeção de vestuário em Lousada. Recordo que no dia 12 de outubro do ano passado, o PSD de Lousada promoveu em Lousada uma reunião de trabalho com empresários de Lousada na área do vestuário, em que participou o então líder da oposição e hoje Primeiro-Ministro, Dr. Luís Montenegro. Nesse encontro, realizado na Assembleia Lousadense, os empresários do setor estavam muito preocupados quanto ao futuro das suas empresas e dos seus trabalhadores. A situação internacional, a deslocação das grandes marcas de vestuário para países da Ásia, para o Norte de África e também para o leste da Europa, mas também as dificuldades no acesso ao crédito

bancário, bem como a carga fiscal elevada, eram, há um ano, os principais problemas dos empresários do setor de vestuário. Infelizmente, um ano depois, a situação continua a agravar-se. Na área fiscal, o atual Governo conseguiu baixar o IRC em apenas 1%, o que é pouco, mas também não pode baixar mais o IRC, porque os partidos políticos, diria eu, da oposição, não estão disponíveis, não o permitiram. Mas há certamente outras medidas que poderiam ter sido tomadas pelo governo para ajudar as empresas, como o acesso ao crédito bancário, os seguros de crédito, bem como apoio nas garantias bancárias através do banco de fomento, que também não estão ainda disponíveis. O que se lamenta. Quero que saibam que há poucas semanas, mais precisamente no dia 16 de novembro, numa Assembleia distrital do PSD do Distrito do Porto, realizada aqui em Lousada, mais precisamente em Sousela, com a presença dos Ministros Pedro Duarte e Castro Almeida, proferi uma intervenção em que recordei as preocupações dos empresários do setor do vestuário e defendi que o Governo deverá olhar para este setor com mais atenção e que tem que tomar medidas de apoio efetivo para que estas empresas possam continuar a sua atividade e, com isso, seja possível manter os milhares de postos de trabalho. Neste momento, a situação é mesmo preocupante. Nos últimos dias, encerraram, como já aqui foi dito, várias empresas com cerca de 500 pessoas, 500 trabalhadores essencialmente, que foram para o desemprego. Sei que o Governo, o IEFP e certamente também a Câmara Municipal estão atentos e a dar o seu melhor para que as trabalhadoras e trabalhadores tenham o apoio necessário. Do Governo e do IEFP recebi a garantia de que tudo está a ser feito para que as trabalhadoras e os trabalhadores que se inscrevem a tempo possam ainda este mês receber o subsídio de desemprego. Neste momento, deixo em meu nome e certamente em nome da Coligação do PSD/CDS-PP, a nossa solidariedade às centenas de trabalhadoras e trabalhadores de Lousada e não só, que foram atingidos pelo flagelo do desemprego. Manifestamos ainda a nossa solidariedade a todos os empresários de Lousada, mesmo aqueles que tiveram de encerrar as suas empresas, até porque, em princípio, ninguém fecha uma empresa porque quer. A concluir, quero apenas dizer o seguinte: primeiro, que os Autarcas do PSD na Câmara Municipal vão apresentar um Plano Municipal de Crise e Emergência para apoiar os trabalhadores e as empresas em situação de fragilidade, com medidas concretas. Para isso, já estamos a ouvir os trabalhadores, os empresários, a comunidade escolar e as instituições particulares de solidariedade social. Em segundo lugar, dizer-lhes que esta crise no setor da confeção de vestuário vem confirmar aquilo que o PSD de Lousada e os seus Autarcas há mais de 35 anos defendem: é preciso criar condições, captar investimento, atrair novas empresas para que Lousada tenha outras empresas com ramos de negócios diferentes, de forma que os trabalhadores de Lousada não fiquem demasiado dependentes apenas de um único setor industrial. Efetivamente, a dependência económica dos trabalhadores de Lousada da indústria de vestuário já foi maior, mas ainda há muito a fazer.» -----

----- **Intervenção do Membro Municipal, EDUARDA FERREIRA, Partido Socialista:** «Senhor Deputado Pedro Amaral, se há coisa que não faço, são perguntas a pedido. Senhor Deputado, não me conhece bem, não sabe que ando nisto há muitos anos. E, se há coisa que não faço, são fretes. E, se há coisa que não faço, são perguntas a pedido. Tenho pensamento próprio, felizmente, e quando venho questionar alguma coisa, ou até quando não venho, é porque tenho pensamento sobre isso e, portanto, nada é deixado ao acaso. Portanto, o senhor não me conhece, é normal que venha deixar essa achega, mas a achega não cai e eu quero aproveitar para esclarecer essa situação. Depois, aproveitamento político, meus senhores! Aproveitamento político da parte do PS, essa tem graça porque, se realmente nós aproveitamos, como o senhor Deputado disse, através de sessões de esclarecimento. Quando, em bom rigor, essas sessões de esclarecimento foram prestadas não pelo PS, mas pelo Executivo Camarário. Portanto, há que fazer essa distinção porque era devido e foi o que melhor foi feito. Agora, comparar isso a sessões de televisão pública do Dr. Leonel Vieira, desamparado à porta das empresas a falar, a discorrer um conjunto de informações que já toda a gente sabia. A falar de planos de necessidade, de planos municipais, quando eles já tinham sido implementados depois de decorrida mais de uma semana sobre a situação do desemprego, vem falar agora de planos municipais, plano de crise e emergência que ainda vão apresentar. Vão apresentar quando? Depois da situação sanada, depois de já não ser preciso. O plano do município já foi levado antes, já foi cumprido. Vem falar de aproveitamento político e estão à porta das empresas a falar da desgraça alheia, com pessoas a sofrer e a precisar de ajuda. Vocês deviam ter vergonha na cara. Foi um espetáculo deprimente e populista e agora sou sincera. Eu falo nisto porque causa-me efetiva repugnância a mim, a título pessoal, nem falo pela bancada que não me cabe esse papel. A mim aquilo caiu-me efetivamente mal e caiu mal certamente a todos os trabalhadores que foram despedidos. Eles estão em casa a fazer contas e vem o líder do PSD, na qualidade de Deputado Municipal, não sei em que qualidade, imagino qual seja, a fazer também campanha autárquica a dizer que está do lado dos trabalhadores. Mas está do lado dos trabalhadores em quê? Que medidas concretas é que adotou? Está a fazer *pro bono* para fazer reclamações de créditos dos trabalhadores no processo de insolvência, se ele houver. Dr. Leonel, por amor de Deus, eu tenho consideração por si, mas realmente o que se passou esta semana para mim foi mesmo uma desilusão. Depois, o Dr. Pedro veio aqui falar que o Dr. Pedro lhe imputou uma etiqueta de inabilitação, ficou com isto na cabeça. O senhor Deputado tem de desanuviar porque isto faz-lhe mal. Se levamos para casa, mas agora a sério, se levamos para casa, o senhor Doutor está a rir porque já falamos disso um dia destes, nós fora daqui somos perfeitamente amigos. E, portanto, nessa medida, pá, não levo para casa desavenças daqui, a seguir vamos tomar um café, está tudo bem. Agora, dizer aqui Loja do Cidadão que um milhão não bastava antes e agora já basta... Senhor Deputado, não é bem assim, porque agora há 2 vias de financiamento,

Senhor Deputado, com certeza que leu os documentos todos da preparação desta Assembleia e está lá a explicação do senhor Presidente de Câmara. Depois, 36 mil euros na estrutura da Cornélia. O senhor deputado tem alguma sugestão de melhoria ao Departamento de Ambiente? É que o senhor vereador Manuel Nunes não há melhor do que ele aqui nas redondezas. Isso lhe garanto, não é por ser do meu partido, mas efetivamente não há melhor departamento de ambiente aqui na zona que não o nosso. E depois achei piada porque nós fazemos campanha nas redes sociais. Eu vou brincar consigo, senhor Deputado, eu vou dizer: nada melhor do que fazer campanha que não ter um vereador como diretor de um jornal. Não queria dizer isto, mas o senhor Deputado obrigou-me a dizer esta. Depois, comprar eleições, porque a receita avoluma e faz aqui investimentos de elevado calibre em ano de autárquicas. Senhor Deputado, é como sugere o dinheiro público, é o equilíbrio entre receitas e despesas. Não se pode baixar os impostos todos e também não se pode deixar de fazer investimentos, quer seja em ano de eleições, quer não seja. Que eu saiba, este Município tem feito muitos e avultados investimentos, mesmo fora de ano de eleições, até porque o programa está cumprido. Depois, o Dr. Leonel, tanta preocupação com os trabalhadores, vem demonstrar aqui a sua preocupação, mas tanto quanto sei, nem na reunião de Câmara, os senhores Vereadores da Coligação fizeram alguma intervenção nesse sentido. Ao que parece, estavam preocupados com os lanches no evento do Mister e Miss Sénior. E, aqui na primeira intervenção, também se deve ter esquecido da preocupação, deixou-a para agora. O Dr. Leonel efetivamente já faz intervenção pública há muitos anos. Todos nós já o conhecemos de longínquos anos, não é? Até como candidato por inúmeras vezes pode expressar a sua opinião, pode expressar a sua preocupação, não pode ser populista. Está desamparado à porta de uma fábrica sozinho, desacompanhado, a discorrer um conjunto de coisas que já todos sabemos e depois, em concreto, nada fez. Realmente fala aqui do Dr. Luís Montenegro. Eu tomei nota aqui da situação. Realmente já percebi onde é que vai buscar inspiração, porque de facto, senhor Primeiro-Ministro também é useiro e vezeiro em utilizar-se de situações inusitadas, como foi aquele caso das pesquisas no rio dos senhores falecidos no helicóptero e, portanto, o Dr. Leonel deve estar a inspirar-se no líder do seu partido. Eu entendo. Depois vem falar da baixa do IRC. A baixa do IRC serve para empresas que têm lucro. Estamos aqui a falar de empresas que estão a falir, portanto, Dr. Leonel, explique-me. Não se deve fazer propaganda do programa do novo orçamento de Estado, não sei... Mas de facto não consigo compreender. Depois, em relação à captação de novos investimentos, pois naturalmente, aí concordo consigo, é sempre importante captar novos investimentos e diversificados. E, aproveito para dizer que eles já estão também a acontecer, nomeadamente na nova área de acolhimento empresarial Caíde de Rei.» -----

----- **Intervenção da Membro Municipal, LEONEL VIEIRA, Coligação Acreditar Lousada:** «Cara Dra. Eduarda, é sempre um prazer ouvi-la e quero

lhe dizer o seguinte: na minha intervenção, a propósito da intervenção pública que já aqui mencionou, procurei essencialmente, desde logo, manifestar a nossa solidariedade para com os trabalhadores despedidos e também, obviamente, para com as empresas que estão a passar imensas dificuldades. Fiz uma intervenção também no sentido de, depois de contactar o Governo e o IEFP, para saber se estavam garantias as condições para que os trabalhadores fossem devidamente atendidos, para que tudo fosse feito para que os trabalhadores ainda este mês de dezembro pudessem receber o subsídio de desemprego. Procuramos depois, e estamos a trabalhar nisso, para apresentar um plano aqui à Câmara Municipal, para que depois a Câmara Municipal, se assim o entender, um Plano Municipal de Crise e Emergência, se necessário for, para agora estes trabalhadores. Mas na expectativa de que tal não possa vir a ser necessário, mas para que o Município esteja preparado com os contributos da Coligação do PSD e do CDS para que a situação dos trabalhadores, caso seja necessária, seja devidamente acautelada, para que os trabalhadores e as empresas, se possível, possam continuar a laborar. Da nossa parte, estamos como sempre disponíveis e estamos ao lado dos trabalhadores e das empresas, para que estas continuem a produzir e aqui haja postos de trabalho para cidadãos de Lousada. E quero lhe dizer, Dra. Eduarda, sei que parece que ficou incomodada com a minha intervenção, mas tem de se habituar. Muito obrigada.» -----

----- **Intervenção da Membro Municipal, AGOSTINHO GASPAR, Coligação Acreditar Lousada:** «Boa noite, meus cumprimentos à senhora Presidente da Mesa da Assembleia, senhores Secretários, senhor Presidente de Câmara, senhoras e senhores Vereadores. Caras companheiras Deputadas Municipais, excelentíssimo Público, Comunicação Social. -----
2Queria só dar aqui uma nota porque não estava previsto usar da palavra neste ponto. Mas registei aqui duas ou três questões que acho importantes. Primeiro, o que disse a senhora Vereadora sobre um setor que considero importante e que está a passar por sérias dificuldades. É preciso ter cuidado com isto, e o setor do calçado também. Portanto, estas questões precisam de atenção. Na minha opinião, isto faz-me lembrar um pouco a situação de "toda a gente vê os miúdos à chuva" e agora andam aqui a discutir quem é que dá o "Benuron". Mas ninguém os impediu de ir para a chuva, nem nunca ninguém lhes deu um guarda-chuva. Portanto, naturalmente há aqui um problema estrutural, não é só conjuntural. Eu temo que se alastre a outros setores. Se estivermos atentos à comunicação social, ouço falar em 40, 50 mil funcionários da Volkswagen a parar. Mas nada me admira. Vi o maior evento desportivo da Europa, o Campeonato de Futebol da Europa, ser patrocinado pela BYD, que é uma marca de carros chinesa, na própria Alemanha, onde foi realizado. Portanto, acho que a Europa toda anda a dormir. Peço desculpa pela expressão. Acho que é preciso que se crie na sociedade portuguesa e europeia uma consciência, porque a Europa anda sempre atrás do prejuízo. Como costume dizer, não há quem mande e, portanto, o europeu começa a não ter o que produzir e a habituar-se a

comprar qualquer coisa que dura dois dias e depois comprar outra nova porque é barato. Este é um dos problemas que considero fundamental. Espero que esse gabinete que foi aberto não seja necessário abrir outra vez, e isto é que é importante debater. Voltando à política, que nos dá mais prazer, acho que toda a gente tem vergonha na cara. Acho que a Dra. Eduarda se excedeu um pouco, esse papel costuma ser meu e, portanto, não queria que se apropriasse desse tipo de expressões, porque não é isso que está em causa. Deixe-me dizer uma coisa, pode não ter sido a pedido, mas que deu jeito ao senhor Presidente da Câmara, deu. Portanto, se o termo não foi correto, eu mudo o termo, mas que foi estratégico e combinado ou ensaiado ou preparado para a Assembleia, foi. Agora, se entende que isso não é pedido, eu respeito, não há problema nenhum, mas a verdade é que a senhora sabe perfeitamente que só vem aqui por duas circunstâncias: a primeira, perguntar ao senhor Presidente o que ele quer responder, ou então responder aos Deputados da Coligação Acreditar Lousada. A última intervenção que acabou de fazer só respondeu aos Deputados. Se eles não falarem, a senhora doutora não fala. O que acho pessoalmente, fico triste porque gosto de a ouvir. É por isso que estou ali atrás e peço aos meus colegas para virem aqui falar porque já sei que a senhora vem aqui responder. Porque senão não a ouço. Se eles não falarem... Repare, a sua intervenção é só responder ao senhor Dr. Pedro, ao senhor Dr. Leone. Fico contente com isso e, quanto ao resto, acho que estamos entendidos. Sei que concorda comigo.» -----

----- **Intervenção do Membro Municipal, EDUARDA FERREIRA, Partido Socialista:** «Senhor Deputado, eu sei que gosta de me ouvir. Eu também gosto de o ouvir. E, realmente, não sei se já reparou, mas eu estou deste lado da barricada. Portanto, eu sei que, às vezes, vocês são assim um bocadinho mais desamparados a nível de estratégia política e um bocadinho descoordenados até porque, nota-se, não é?! Mas aqui não. Aqui a malta está bem, estamos coordenados, temos visão política, temos estratégia política. Mas a Eduarda também pensa e, portanto, a Eduarda faz perguntas, obviamente com lógica, mas que são tiradas da cabeça dela. Que fique claro ao senhor Deputado. E depois, é outra questão que vocês estão muito chateados que eu venha aqui responder-vos. Primeiro, porque eu gosto muito de vocês e também gosto de vos responder. E é assim que é feita a política, feita de debate, feita de troca de palavras. E lá fora somos todos amigos na mesma, como eu disse ao senhor Deputado. Agora, as minhas questões, as minhas dúvidas, os meus anseios, senhor Deputado, eu muitas vezes não as coloco aqui, porque eu, graças a Deus, tenho boas relações com esta malta, com o Executivo, e posso fazê-las de muitas e variadas formas. Percebe? Não preciso de as colocar todas aqui. Quando as coloco, enfim, vêm do meu pensamento e vêm da minha estratégia, que eu também já ando aqui há muitos anos.» -----

----- **Intervenção do Membro Municipal, ÓSCAR SILVA, Partido Socialista:** «Boa noite, senhora Presidente da Assembleia, senhores Deputados, senhor

Presidente de Câmara, senhores Vereadores, excelentíssimo Público. Queria só deixar aqui uma pequena nota, porque estamos numa troca de argumentos que, como já foi dito por alguns senhores deputados que intervieram, faz parte, mas também faz parte falarmos de coisas sérias. Eu normalmente gosto de analisar as coisas de um campo mais técnico e gostaria de reforçar o seguinte: o senhor Deputado Dr. Leonel Vieira informou-nos que está a trabalhar, juntamente com um grupo de trabalho, num plano de emergência. Gostaria de recordar a todos que já existem mecanismos legais e estruturas devidamente organizadas no âmbito da Lei de Bases da Proteção Civil, que são as Comissões Municipais de Proteção Civil, e que existem no Município. Essas comissões podem ser convocadas não só quando acontecem desgraças, que infelizmente são cada vez mais frequentes, mas também se for identificada uma situação social que obrigue a despesas extraordinárias no âmbito das Comissões Municipais de Proteção Civil. Esses mecanismos podem ser desencadeados. Gostaria também de propor que, assim que o vosso plano, se for um plano de emergência tal como o querem intitular, estes planos têm de ser necessariamente aprovados aos olhos da lei nas Comissões Municipais de Proteção Civil. Quem tem o poder para aprovar esses planos para que sejam efetivamente aplicados para o fim a que se propõem? É uma comissão e não o senhor Presidente de Câmara. O senhor Presidente de Câmara tem a autoridade de convocar a Comissão sempre que assim o entender, mas depois aquilo tem de ser aprovado por todos os pares ali presentes. Como o Dr. Leonel sabe, e com certeza quase todos os aqui presentes também sabem, a Comissão Municipal de Proteção Civil tem um conjunto de órgãos e instituições que, por inerência da lei, fazem parte, como as forças de segurança, bombeiros e outros agentes de proteção civil. O número é muito extenso, não vale a pena elencá-los aqui. Mas também prevê que, sempre que se justifique, podem ser alocados às Comissões Municipais de Proteção Civil outros órgãos e organismos que estejam presentes no concelho ou na região para dar assessoria técnica neste capítulo. Estou plenamente convencido de que o vosso plano será apresentado à Comissão Municipal de Proteção Civil para ser analisado por quem de direito. Deixo aqui a proposta para ser analisada por quem de direito. Depois, cá estaremos para fazer a análise devidamente pelos organismos técnicos. Isto não é fazer política, isto é informação pública.» ---

----- Resposta do senhor Presidente da Câmara Municipal, PEDRO MACHADO: «Começando por responder ao Dr. Pedro Amaral primeiro ponto: Não tenho nada contra si, aliás, já nem me lembrava que tinha referido a sua inabilidade para as questões políticas, mas o senhor fez questão de me lembrar e eu concluí que não foi por acaso que disse o que disse nessa altura, porque hoje o senhor demonstrou novamente essa inabilidade. Queria que eu passasse a pedir-lhe um conselho? Que o senhor seja o redator das minhas intervenções a esta Assembleia? Quer que lhe peça conselhos? Eu vou começar a consultar a oposição: digam lá aquilo

que o Presidente de Câmara deve dizer à Assembleia? Que medidas? Que ações? Parece bem isto? Parece bem aquilo? Eu tento ser o mais objetivo possível nas informações que trago a esta Assembleia. Eu sei que às vezes é um bocadinho fastidioso, mas isso é sinal das muitas coisas que se fazem de umas Assembleias para as outras. Naturalmente que há quem me ajude a elaborar essas informações, mas, basicamente, é sinalizar as ações, as realizações, as obras e depois eu corto, acrescento, porque às vezes até eu fico surpreendido... Já fizemos isto tudo desde a última Assembleia? De facto, o tempo voa e nós não paramos, como é óbvio. As intervenções são normalíssimas, até pensei que tinha algum erro ou alguma imprecisão, o que não seria muito fácil, embora eu também erro, como qualquer pessoa. Mas não é disso que se trata, e quero dar-lhe nota só do seguinte: a questão do milhão da Loja do Cidadão, porque não sei se a Assembleia percebeu, mas já na reunião de Câmara eu fui questionado porque é que se já houve no passado candidaturas para a Loja do Cidadão, porque é que a Câmara na altura não aproveitou? Por uma razão muito simples, porque não havia ainda condições para o efeito, não havia projeto e não havia financiamento suficiente. Uma Loja do Cidadão tem de ter mais de 1000 metros quadrados, no projeto que nós temos são cerca de 1200 metros quadrados, um milhão não chega sequer para isso. Uma loja de cidadão, como é óbvio, tem de ter acoplado também estacionamento, senão é um projeto manco. E o estacionamento coberto é caríssimo, custa tanto como a parte da Loja do Cidadão. E, portanto, naturalmente que aquele aviso que houve, eu já tinha dito isso na reunião de Câmara, era manifestamente insuficiente para construções de raiz. Seria suficiente para quem tivesse um edifício com obras de adaptação e o pudesse afetar a outro fim. Para quem queria construir uma estrutura de novo era manifestamente insuficiente. Por isso é que nós aguardamos, apresentámos a candidatura ao PRR, foi aprovada, tardiamente, ao fim de largos meses. Já disse aqui na última Assembleia creio eu, se não foi na Assembleia foi na reunião de Câmara que, entretanto, fui a Lisboa assinar o contrato de financiamento e pensava eu que estava tudo ok para avançar para o projeto de execução. Percebi nesse dia que não. A AMA - Agência de Modernização Administrativa ia ter de visitar o layout para depois prosseguir para o projeto de execução. Não só eu, mas como todos os Autarcas que lá estávamos ficamos preocupadíssimos com os timings, porque temos um prazo extremamente curto para a sua execução e neste momento eu diria que há o risco de não conseguirmos. Fizem essa visita do layout, entretanto, tivemos de pôr o nosso arquiteto em interação com a AMA, estabilizaram essa parte e agora estamos à espera que a AMA valide junto das três instituições, ou seja, IRN, Autoridade Tributária e Segurança Social para depois fecharmos o projeto e a revisão do projeto e a abertura de concurso. E eu não sei como é que vou conseguir, sinceramente, essa é que é a grande preocupação. Não fosse este problema dos timings, era muito mais favorável, porque assim nós conseguíamos conjugar este processo com outras linhas de financiamento, nomeadamente as do 2030. Porque a Praça do Românico está elencada como uma das ações prioritárias no

2030. As candidaturas do Norte 2030 já abriram e nós faríamos uma obra com duas componentes, uma financiada pelo PRR e outra financiada pelo 2030. É isso que está em cima da mesa, e neste momento, o único senão é de facto a questão dos timings para o 2030. Foi também aqui sugerido e certamente que o irão fazer também a propósito da aprovação do Orçamento e do Plano Plurianual, porque este orçamento é o maior de sempre, mas é o maior de sempre não só aqui, é o maior de sempre em Penafiel e o maior de sempre em muitos outros municípios, e porquê? Não porque nos dê um prazer especial de deixar as obras para o ano das eleições, porque isso, até do ponto de vista político é uma má estratégia, porque as pessoas não gostam de obras em alturas de eleições e nós também não gostamos. Quem nos dera que estas obras estivessem todas feitas. O problema é que este programa comunitário, como aliás aconteceu com os outros, deslizou e de que maneira, e está a iniciar com dois anos de atraso. E está a iniciar com dois anos de atraso, mas com timings apertadíssimos para a execução, porque este quadro comunitário tem menos tempo de execução e, contrariamente àquilo que aconteceu com os quadros anteriores, temos já metas de execução para 2025. Nós temos aqui algumas obras que já fizemos ou que estão a ser feitas e que essas já nos vão permitir alguma execução, mas urge de facto avançar com muitas outras e é nesse exercício que os serviços estão e, portanto, é normalíssimo que nos próximos meses haja um incremento de execução, porque assim somos obrigados por força do desenvolvimento normal deste novo programa de apoio. Depois, o Senhor Deputado referiu também, a título de brincadeira, com certeza, a questão da obra de arte. É de uma obra de arte que se trata, ceio que sabe, mas convém falar das coisas com a seriedade que elas merecem. Aquilo que está feito no Parque Urbano é uma obra de arte de um artista dos mais conceituados a nível mundial e, portanto, esses ditos 36.000,00€, e para ser preciso nem são 36.000,00€ são 37.100,00€, é um preço mais do que adequado para uma obra daquele autor, como sabemos. Bordalo II é uma das maiores referências da atualidade. Seguramente que o senhor Deputado não quer que a Câmara compre ópera a preço de música pimba. Ou temos as coisas ou não as temos! Eu lembro-me nuns mandatos anteriores de outras pessoas que passaram comigo pelos Executivos da Câmara Municipal, ainda eu era Vereador e lembro-me, nomeadamente, do Senhor Pedro Matias, que dizia que achava que Lousada devia apostar mais na questão arquitetónica e na valorização do espaço público com esculturas e, de facto, ele tinha razão. E ele tinha razão porque o espaço público é qualificado também por essa via e é através da qualificação desse espaço público que nós ficamos com os centros urbanos mais interessantes, com efeitos positivos no turismo, ficam mais apelativos com essas referências. Quantos de nós vamos a uma ou outra cidade, quer seja portuguesa, quer seja europeia ou fora da Europa e sabemos que há ali pontos de interesse que são obrigatórios. Quem gosta deste tipo de arte, seguramente, vai acabar por vir a Lousada, quanto mais não seja para ver aquela obra de arte e, portanto, face a àquilo que está em causa, este valor é mais do que adequado. -----

----- Relativamente à questão do dito aproveitamento político, o senhor Dr. Pedro Amaral também disse que o aproveitamento político que foi a Câmara que o fez, nem todas as publicações que são feitas nas redes sociais do município são vistas por mim, mas por acaso essa foi e achei que estava objetiva. A ideia era tentar evitar aquilo que tinha acontecido na madrugada anterior, ou seja, soubemos que houve trabalhadoras que estiveram à porta do Centro de Emprego desde as 04h00. Isso é desumano! Nós sentimos a obrigação de esclarecer as pessoas de que não era necessário sujeitarem-se a esse transtorno, porque bastava através da internet ou através do telefone fazer a marcação e a partir desse dia aguardavam apenas que esse agendamento fosse feito e tudo se iria resolver, pelo menos essa parte da inscrição. Foi com esse intuito. E foi com esse intuito também que a Senhora Vereadora, de uma forma discreta, fez essa reunião. Não andamos a badalar que estávamos a fazer isto e estávamos a fazer aquilo, nem chamamos as televisões. Aliás, devemos evitar tudo o que seja publicidade negativa, porque não nos dá prazer nenhum este tipo de notícias, nós gostamos de aparecer na comunicação social por coisas positivas e não por desgraças. Quem chamou a televisão, quem deu destaque a este assunto não fomos nós. Acho que sabemos todos quem foi. Eu falei apenas uma vez porque O Porto Canal apanhou-me à porta do auditório e eu não pude dizer que não, porque aproveitaram o facto de haver ali umas jornadas de caça e fizeram uma questão e eu tive de responder. Fora isso, nem tenho aparecido. Se a Câmara também é questionada pelos jornalistas, acho que devemos prestar as declarações de uma forma objetiva e é isso que tem sido feito. E não fomos nós que andamos a pedir à comunicação social para vir cá explorar este assunto. Portanto, se houve aproveitamento político, seguramente, não foi da nossa parte. -----

----- Relativamente à intervenção do Dr. Leonel Vieira, vi na entrevista que voltou a falar em planos, em verdadeiros planos. Isso é a ladainha do costume. Eu, que já ando aqui há muitos anos, sempre que há eleições o PSD lá vem com o plano não sei o quê e o plano não sei que mais. Lembrome perfeitamente na pandemia a grande crítica que nos faziam, porque era preciso um plano de emergência de não sei quê. Uma série de medidas erráticas, como, por exemplo, a pressão que nós estávamos a ter por parte dos Vereadores da oposição para adquirir testes, porque era essencial comprar milhares e milhares de testes. Na altura eu sempre me opus a isso, não pela questão da despesa, porque se fosse necessário, assim seria, mas sobretudo por se fazer investimento sem estratégia. Portanto, havia uma coordenação a nível nacional e nós tínhamos o reporte de quem estava a coordenar isso em termos nacionais, de que não valia a pena a Câmara estar com medidas erráticas, a comprar testes e depois não saber o que fazer com os resultados destes testes. A resposta estava a ser dada de uma forma, estruturada e devidamente articulada em termos nacionais. Se fosse necessário, estávamos disponíveis para ajudar, mas sendo assim, não fizemos essa despesa. Para dizer o quê? Que temos de ser serenos e ter sangue-frio e acho que este Executivo demonstrou precisamente isso

aquando da COVID 19, que em circunstâncias difíceis nós tivemos esse sangue-frio, atuamos na devida proporção e com a celeridade necessária e ultrapassámos essa debilidade. Espero que agora, como disse o Dr. Agostinho Gaspar, queira Deus que o problema fique por aqui. O cenário nacional e internacional não é nada favorável e, portanto, como eu lhe disse, quando nós vemos empresas do sector automóvel a encerrar, como aconteceu há dias ou vai acontecer no final do ano, em Arcos de Valdevez, com 350 pessoas, num setor que qualquer município gostaria de ter, é de facto muito preocupante. No caso em apreço, da confeção do vestuário e do calçado, como foi aqui referido também, ainda é mais preocupante porque sabemos que são sectores que empregam muitas pessoas. Sabemos todos que este esforço que as empresas fizeram para acomodar as subidas necessárias do rendimento dos salários mínimos nacionais, foi um esforço que muitas delas tiveram de fazer, sabe Deus como, porque já estavam numa situação difícil e, se calhar uma das soluções também é, de algum modo, aligeirar a carga fiscal para essas empresas, nem que seja em termos transitórios. Não sei, mas alguma coisa tem de ser feita. E eu vi também uma notícia, até pensei que iam falar sobre isso hoje, de que supostamente, a distrital do PSD já apresentou um plano de intervenção ao Governo. Não conheço essas medidas, não sei se vocês as conhecem, mas isso sim, era importante saber, anunciar para depois saber se o governo, efetivamente, as vai acolher, se não vai acolher, que medidas são essas? Estão-me a dizer agora que em termos locais que vão, isso também é uma coisa que já estamos habituados a ouvir, que é ouvir a sociedade civil e depois apresentar um plano. Mas sejamos rigorosos e honestos, qual é o poder de intervenção de uma Câmara Municipal para ir de encontro àquilo que vocês andaram a anunciar de um plano preventivo e pró-ativo? Relativamente a quem estiver em situação de fragilidade, com certeza que sim, porque a Câmara tem competência para o efeito. A Câmara não pode ir além daquilo que são as competências que a lei lhe confere. A Câmara não pode, por exemplo, subsidiar as empresas que estejam em dificuldades, como é óbvio! Portanto, não vale a pena estarmos a criar expectativas que depois não vão dar em nada. O que a Câmara pode fazer e deve, isso sim, é sensibilizar o Governo num pacote de medidas para essas empresas desse setor. A Câmara pode, sim, dentro daquilo que é a sua margem de atuação e a sua carga fiscal fazer as devidas correções, se for caso disso, embora, se formos por aí temos a carga fiscal no mínimo. Nem podemos fazer muito mais. O que é que nós podemos fazer? Podemos fazer aquilo que fizemos, que é ajudar nesta fase, que essas pessoas sejam inscritas o quanto antes no Centro de Emprego, ajudar no sentido de aquelas que, do ponto de vista social, estejam numa situação de maior fragilidade com os apoios sociais. E agora sim, com o IEFP e com o Governo criar um programa para que elas se possam reintegrar o quanto antes no mercado de trabalho, seja no mesmo setor, seja noutros setores. Eu acredito que algumas das empresas que fecharam possam reabrir, porque é isso que tem acontecido no passado, eventualmente, com menos pessoas. Vamos ser otimistas e fazer aquilo que estiver ao nosso

alcance para ultrapassar estas debilidades, sendo certo que, a Câmara Municipal estará sempre disponível. Era importantíssimo se nesta altura nós já tivéssemos o nosso centro de formação, porque iria ser uma resposta determinante para a eventual formação, tendo em vista a reconversão profissional. Não foi falado aqui, mas tivemos uma boa notícia nos últimos dias, aliás, era isso que tinha saído de uma reunião que eu tive em Lisboa com o senhor Secretário de Estado do Trabalho. Creio que já disse isso na reunião de Câmara, que fui a Lisboa apelar para a urgência em que o processo avançasse. O senhor Secretário de Estado comprometeu-se a fazer publicar a portaria que iria habilitar o IEFP a abrir o concurso, essa notícia confirmou-se recentemente. Estou apenas preocupado relativamente ao timing, porque é um investimento avultadíssimo, na ordem dos 18 milhões de euros. E, portanto, há o perigo de os concursos ficarem desertos. Aquilo que eu referi há bocado de o Norte 2030 estar em velocidade cruzeiro de execução, ou estar a iniciar, mas vai ter de imprimir uma velocidade de cruzeiro, e também o PRR aquilo que as entidades beneficiárias mais temem é que os concursos fiquem desertos, esse é o grande perigo e por isso é que era importante avançar o quanto antes com a abertura deste concurso. Depois, o Dr. Leonel Vieira referiu aqui a questão do IRC, a Dra. Eduarda já referiu que não tem a ver com esta matéria porque infelizmente essas empresas não estão a ter lucros e, portanto, não vão beneficiar nada dessa medida. Quanto ao plano de crise e emergência, nós podíamos fazer isso, mas não é esse o nosso estilo que era dizer Ok, está aqui um plano. E qual é o plano? São estas medidas todas que nós temos e que, se vistas no seu conjunto, fazem um plano, e esse plano é aplicável não só a esta situação como a todos os outros desempregos, porque este não foi o primeiro caso. Com esta gravidade nós não estávamos habituados, aliás, até estávamos a preparar uns indicadores do ponto de vista económico muito interessantes, quer ao nível de volume de negócios, de criação de empresas, de desemprego e levámos este murro no estômago, porque, de facto, estávamos com um desempenho impecável e vamos ver se recuperamos nesta parte do desemprego. Vivemos tempos de muita incerteza, muito voláteis, ainda há poucos anos tivemos a SIOUX, de quando em vez pode surgir. O receio é se de facto isto fica por aqui ou se esse cenário internacional que não é favorável ainda vai ter efeitos mais nefastos na nossa economia e que não afeta apenas o nosso concelho. Relativamente à questão da captação de investimento, também é público o que temos feito. É público que estamos com um índice de procura muito grande e público que quem quiser comprar ou arrendar um pavilhão industrial não tem, é a grande dificuldade que existe neste momento, isso é sinal da procura que o concelho tem. Esperemos que essa procura, esse dinamismo noutros setores que que se mantenha bem vivo. Sabemos também que nalguns setores de atividade há falta de mão de obra, agora, é evidente que não podemos pedir a uma senhora com 50 anos que seja reconvertida profissionalmente noutras profissões que não são manifestamente adequadas para quem tem essas condições. Essa é que é a dificuldade. E acho que terei respondido praticamente tudo.» -----

Finalizadas as intervenções dos Membros Municipais presentes, a Assembleia Municipal apreciou a informação escrita do senhor Presidente da Câmara Municipal e discussão de outros assuntos de interesse do Município, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (versão atualizada), com a presença dos 35 membros. -----

2. -----Documentos Previsionais para o ano de 2025.-----

----- A Câmara Municipal de Lousada, na sua reunião ordinária de 29 de novembro de 2024, deliberou por maioria, aprovar e **SUBMETER à Assembleia Municipal de Lousada, para aprovação dos “Documentos Previsionais para o ano de 2025, acompanhados da Proposta de Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos, para o ano de 2025**, com Relatório de Apresentação do Orçamento e Norma de Execução Orçamental de 2025”, cumprindo o estipulado na alínea a), do n.º 1 do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro que estabelece o Regime Jurídico das Autarquias Locais (versão atualizada), conjugado com o n.º 1 do art.º 44.º da Lei n.º 73/2013 de 03 de setembro, que estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais (versão atualizada). -----

-----**Intervenção do Membro Municipal, LEONEL VIEIRA, Coligação acreditar Lousada:** «Sobre este tema do Orçamento para 2025 e Plano Plurianual de Investimentos. Permita-me que diga o seguinte, nunca a Câmara Municipal de Lousada teve tanto dinheiro para gerir. Nunca a Câmara Municipal teve tantas receitas. Nunca a Câmara Municipal de Lousada teve tanto apoio financeiro do Governo da República. Nunca a Câmara Municipal de Lousada teve tanto apoio financeiro da União Europeia para realizar obras e construir equipamentos. Em simultâneo está e poder aceder a dois importantíssimos fundos comunitários: o PRR e Portugal 2030. O Orçamento para 2025 e o Plano Plurianual de Investimentos é o reflexo da estratégia política da gestão do Partido Socialista neste executivo. Neste Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos estão previstas concretizações de obras e equipamentos que merecem também, naturalmente, o nosso apoio. Mas saibam os Lousadenses que existe uma alternativa democrática a esta gestão do Partido Socialista e, essa alternativa é corporizada pela Coligação PSD/CDS-PP. E, tal como tem acontecido há vários mandatos autárquicos a Coligação PSD/CDS-PP ao abrigo do Estatuto do Direito de Oposição, apresentou um pacote com dezenas de medidas alternativas para o desenvolvimento de Lousada e que, por vontade dos autarcas do Partido Socialista não foram incluídas no Orçamento para 2025 e Plano Plurianual de Investimentos o que

lamentamos. Saibam então os Lousadenses que, se a Coligação PSD/CDS-PP tivesse agora responsabilidades executivas, se liderasse o Município de Lousada, teríamos outras prioridades na gestão do Município, aqui ficam alguns exemplos: Reforçaríamos a oferta de Estruturas Residenciais para pessoas idosas (mais lares para idosos), em parceria com IPSS's do Concelho; Fomentaríamos programas de habitação acessível e outros de incentivo municipal à requalificação de edifícios devolutos; No âmbito da delegação de competências do Município para as freguesias estabeleceríamos uma nova contratualização dos serviços, competências, cedências de equipamentos e matérias, e reforçaríamos o valor atual das transferências financeiras no mínimo em mais 20%; Ampliaríamos as áreas de acolhimento empresarial e criaríamos um Centro Industrial e Tecnológico que teria como impacto a criação de emprego qualificado e melhores salários para os trabalhadores, para que os jovens de Lousada aqui possam ter emprego e aqui permaneçam, porque, como sabemos, cada vez mais os nossos jovens saem de Lousada porque aqui não encontram trabalho compatível com a sua formação ou com as suas ambições e necessidades; Promoveríamos um plano de revitalização e modernização de toda a rede viária; Avançaríamos para a criação de uma rede de transportes públicos disponível a todas as freguesias do concelho de Lousada, adquirindo minibus ambientalmente sustentáveis, eventualmente financiados pelo Fundo Ambiental, bem como implementaríamos o transporte a pedido em parceria com os operadores locais; Promoveríamos a instalação de rede de fibra ótica de alta velocidade por todo o concelho e promoveríamos a construção de um pavilhão multiusos; Na área da cultura revitalizaríamos o FOLIA, Festival Internacional de Artes do Espetáculo e reforçaríamos os eventos culturais e recreativos em todas as freguesias. Reforçaríamos o apoio às associações culturais, recreativas e desportivas do Concelho em função dos seus projetos e da sua atividade. Estas são algumas das muitas propostas de obras e equipamentos que gostaríamos de ver incluído neste Plano Plurianual de Investimentos e Orçamento para 2025. Mas essa não é a vontade dos autarcas do Partido Socialista. Senhora Presidente, senhores Deputados, ainda na análise aos documentos do Plano Plurianual de Investimentos e Orçamento verificamos que, uma vez mais, que as Juntas de Freguesia lideradas pela Coligação PSD/CDS-PP, além de não terem sido ouvidas, o que se lamenta continuam a ser penalizadas por este executivo socialista. Há freguesias presididas pela coligação PSD/CDS-PP que foram completamente ignoradas na elaboração deste Orçamento o que é politicamente censurável para a freguesia de Sousela e para a União de Freguesias de Lustosa e Barrosa (Santo Estêvão) não está prevista a realização de qualquer obra, nem a construção de qualquer equipamento. Exigimos, senhor Presidente da Câmara, explicações! Não podemos aceitar tamanha discriminação. Estimamos nós que no final do corrente ano a Câmara Municipal de Lousada vai ter um saldo de gerência superior a 10 milhões de euros. Dinheiro que poderá utilizar em 2025. Exigimos que a gestão de mais de 10 milhões de euros seja rigorosa e equitativa. E, estamos atentos, disse.» -----

Intervenção do Membro Municipal, PEDRO AMARAL, Coligação acreditar Lousada: «Eu não quero gastar muito tempo, porque quero mesmo que o foco seja naquilo que é o deve e o haver futuro, portanto, este orçamento e não aquilo que está para trás. Mas, senhor Presidente, esqueceu-se de me responder a uma pergunta relativamente ao dinheiro do orçamento passado. Porque é que a iluminação pública de Natal tem um aumento de 50%? Não é para aumentar a iluminação pública certamente.»

Intervenção do Membro Municipal, EDUARDA FERREIRA, Partido Socialista: «E como o senhor Deputado Agostinho Gaspar gosta muito de me ouvir, venho cá outra vez para lhe fazer essa vontade. E, vou começar a minha intervenção por responder aos seus colegas de bancada, se me permite. Dr. Leonel a questão dos lares. Claro que sim. É preciso é candidaturas e os acordos com a Segurança Social. Depois, em relação nunca houve tanto dinheiro, pois nunca houve tanto dinheiro. O senhor Presidente já aqui disse a questão da importância do PRR e agora brincava consigo e dizia que se calhar a Câmara está extremamente rica por causa das transferências quanto à descentralização de competências, deve ser daí ou então é da boa gestão também. E depois também brincava consigo e dizia realmente, se uma vez que o Dr. Leonel vem aqui fazer campanha autárquica, não é. Acusam-nos a nós de o fazer. Mas, em bom rigor, discorre aqui um conjunto de projetos, alguns já feitos, outros, enfim, da vossa bagagem, digamos, digamos assim. E depois brincava consigo em relação a isso, que é realmente nunca houve tanto dinheiro de o Dr. Lionel estivesse à frente dos destinos da Câmara, com estas redes de mobilidade em todas as freguesias, mesmo sem retorno financeiro, lá se ia o dinheiro realmente. Então agora, antes que me cortem o microfone à senhora Presidente, vou fazer a minha intervenção em relação ao orçamento e PPI. O orçamento que estamos a aprovar hoje vai além de uma simples conta de somar. Representa o nosso desejo de consolidar um futuro mais auspicioso e de compromisso com o bem-estar de todos os Lousadenses. O aumento nas receitas e nos gastos indica que estamos preparados para atuar com responsabilidade, estabelecendo prioridades, com o objetivo de tornar a nossa Vila de Lousada um local mais justo e promissor para todos. É com satisfação que venho partilhar convosco a proposta do Orçamento para 2025, com um total de 56,3 milhões euros. Este é o maior orçamento alguma vez elaborado pelo nosso Município. Isto não só representa um passo importante em termos de investimento, como também reflete a nossa determinação em promover um desenvolvimento equilibrado e sustentável para todos os que aqui vivem. É importante realçar um crescimento de 17,3% nas receitas totais em relação ao ano anterior. Este crescimento evidencia o compromisso com a estabilidade financeira e com o uso eficiente dos recursos à nossa disposição. As receitas correntes superam os gastos correntes, possibilitando nos prosseguir com investimentos significativos. Com o novo quadro comunitário e o PRR, obtivemos um

crescimento considerável nas receitas de capital essencial para a implementação de projetos que buscam aprimorar a qualidade de vida da nossa vila. A receita corrente, que representa 75% do total, continua a crescer de forma consistente, mostrando a resiliência da nossa economia local e a eficácia da nossa gestão fiscal. É interessante notar que o imposto médio por habitante em Lousada está bem abaixo da média nacional 162,12 € contra 278 €, o que demonstra o nosso esforço em criar um ambiente fiscal favorável aos nossos concidadãos. Esta diversificação nas fontes de receita é crucial para o futuro do nosso Município e para garantir um espaço propício ao desenvolvimento social e económico. Precisamos de manter os nossos objetivos no progresso sustentável e na qualidade de vida dos nossos habitantes. Vejam se as áreas que optamos por reforçar no nosso Plano Plurianual e que saem reforçadas em relação ao PPI anterior. Na saúde, na habitação, no desporto, nas infraestruturas e na aquisição de terrenos. Cada um destes investimentos foi pensado para tornar a nossa vila mais unida e integrada, onde todos tenham a oportunidade de singrar. No que diz respeito à saúde, a construção de uma nova unidade do Mezio e a modernização das infraestruturas de outras unidades de saúde mostram o nosso compromisso em garantir a cada Lousadense um atendimento de qualidade. Além disso, quando investimos no desporto e nas infraestruturas, não estamos a criar apenas espaços físicos, mas também a abrir oportunidades que promovem o bem-estar de todos. Da mesma forma, é importante ter em conta que ao longo dos anos, sempre foram implementadas medidas para elevar a qualidade de vida dos nossos concidadãos, sem penalizar os impostos. Em vez de aumentá-los, mantivemos a taxa mínima de 0,3% do Imposto Municipal sobre Imóveis e não aplicamos derrama sobre as empresas. Decidimos congelar as tarifas de água este ano e também manter a taxa de IRS de 4%, uma das mais baixas da região. Resta-me a expressar o meu agradecimento a todos os que contribuíram para a elaboração deste Orçamento e do PPI, que refletem uma visão clara e ambiciosa para o futuro do Município de Lousada. Tenho a certeza de que vamos continuar juntos nesta jornada de progresso e empenhados em construir um futuro melhor para todos os Lousadenses. Em suma, este é um orçamento que garante uma gestão financeira sólida e responsável, beneficiando assim todos os cidadãos de Lousada, algo que este executivo já nos habituou. Pelo que o aprovámos naturalmente, com um elevado sentido de responsabilidade.» -----

-----**Resposta do senhor Presidente da Câmara Municipal, PEDRO MACHADO:** «Começando por responder ao Dr. Leonel Vieira. Já ouvi essa cassette sei lá quantas vezes. A história repete-se, quatro vezes pelos vistos, vai-se repetir. Aliás, estava a ouvi-lo e estava a pensar: o vosso líder de bancada na Assembleia da República, há dias, a propósito da candidatura do PS ao Porto, falou em cromo repetido. Eu acho que ele se enganou. Não era bem ao concelho do Porto, provavelmente, a que ele se estava a referir, nem à candidatura do PS. Portanto, basicamente, o que o senhor Dr.

Leonel disse, sei lá quantos anos, é sempre a mesma ladainha, embora tenha aqui umas nuances, porque eu lembro-me quantas e quantas vezes, no início da minha primeira eleição, ou talvez ainda não tivesse sido eleito porque eu ainda estive uns meses em substituição do Dr. Jorge. O quadro que se pintava aqui era tão negro que até dizia que não fossem os benditos fundos comunitários, a Câmara não tinha dinheiro para pagar aos funcionários, nem para adquirir materiais, portanto, era uma desgraça total. E, hoje, ouvi-lo dizer que nunca houve tanto dinheiro, como é que é possível? O milagre da multiplicação dos pães? E, portanto, o senhor é useiro e vezeiro nas meias-verdades e depois traz intervenções escritas e vai ali para o púlpito para fazer vídeos e meter nas redes sociais, para efetivamente passar a ideia de que o senhor é uma pessoa atenta, que se preocupa com o futuro da população, que toca ali aqueles pontos todos que, do ponto de vista eleitoral, são importantes. Mais apoio para as Juntas, mais apoio para as IPSS e para as associações, mais isto, mais aquilo. E, portanto, é isso que nós temos feito, Dr. Leonel, e, portanto, o senhor, enfim, se fosse coerente com aquilo que defende, às tantas até votava no PS. E vou-lhe explicar porquê. Eu vou-lhe explicar, mas primeiro vou corrigir algumas informações erróneas que o senhor aqui trouxe, porque não é verdade que nunca houve tanto apoio do governo. Este pacote de investimento não tem que ver com financiamentos do governo. Tem que ver com fundos comunitários. Não tem que ver com o governo. E, já agora, dar-lhe nota também que é verdade que o Município, aliás, não só Lousada, como os 11 municípios do Tâmega e Sousa, nunca tiveram tantos recursos como desta vez. Não vou dizer que foi mérito do Presidente da Comunidade Intermunicipal, mas o que posso garantir é que lutei muito para que assim fosse. Porquê? Porque, efetivamente, andei anos a dizer que esta região foi prejudicada, sobretudo no anterior quadro comunitário. E, portanto, o processo foi difícil, sobretudo com os outros parceiros, com os outros colegas de CIM's, sobretudo com outros colegas de CIM's da baixa densidade, que também reivindicam o máximo de recursos para as suas regiões, alegando que são territórios desfavorecidos, que custa muito mais investir lá do que nos territórios com mais povoação. Por esta razão, por aquela, porque tem mais km de estrada, por isto, por aquilo, por aqueloutro. E eu compreendo. E em casa de quem não tem pão, todos ralham e ninguém tem razão. Agora, uma coisa é certa e foi isso que nós, Comunidade Intermunicipal, conseguimos demonstrar, sobretudo à autoridade de gestão, que se o Norte recebeu as verbas que recebeu, foi porque há territórios de convergência, territórios que estão abaixo ainda da média de desenvolvimento da União Europeia e em termos nacionais. Infelizmente, é o caso ainda do Tâmega e Sousa e, portanto, se assim é, nós tínhamos que receber aquilo a que tínhamos direito e, portanto, justiça seja feita ao Presidente da Comissão de Coordenação que percebeu isso e fez um exercício de uma retidão intocável que foi, no fundo, tentar desagregar os fatores que estiveram subjacentes à determinação da dotação que foi entregue ao Norte, tentar transpor para as NUTs3, para as Comunidades Intermunicipais e para a Área Metropolitana a desagregação desses

fatores para perceber que se aquele bolo tem aquela dimensão, foi à custa destas fatias e destes critérios que foram aplicáveis a cada um dos territórios. E, nessa medida, nós acabamos por ter um grande reforço, por sermos a Comunidade Intermunicipal com maior reforço comparativamente ao quadro anterior. E, por isso, agora temos, de facto, recursos disponíveis para investimentos como nunca tivemos, porque também não só por causa dessa razão, mas também porque o Município de Lousada foi muito ambicioso na questão do PRR. Portanto, apresentamos candidaturas a tudo aquilo que achávamos que era importante para o concelho, com investimentos brutais no que respeita aos centros de saúde e, portanto, respondendo já a essa questão que referiu que as freguesias que não têm qualquer investimento, é falso, e eu, inclusivamente, disse isso na reunião de câmara. Portanto, se leu a ata, talvez não tenha lido, a ata do orçamento que já foi distribuída, creio eu, a esta Assembleia, portanto, se foi distribuída, está lá. Por exemplo, Lustosa vai ter, aliás, creio que o concurso até já foi aberto, vai ter obras de ampliação no Centro de Saúde. Estamos a fazer intervenções no pavilhão gimnodesportivo, estamos a fazer a cobertura na bancada do campo de jogos. Estamos também em Santo Estevão, já adjudicamos as obras da nova creche. A escola de Santo Estevão tinha um problema, porque, enfim, a população inscrevia as suas crianças na creche da freguesia vizinha e depois elas habituam-se àquele ambiente com os seus amigos, com os seus colegas e depois não queriam ir para a escola de Santo Estevão e, portanto, já tínhamos lá uma série de salas vazias. A solução, na nossa ótica, passaria por uma creche que já tentamos abrir no passado e que não se conseguiu. Não tivemos parceiros que estivessem disponíveis para isso. Entretanto, as regras alteraram. O município passou a poder apresentar candidatura. Foi o que fizemos. A candidatura foi aprovada. Abrimos o concurso que ficou deserto. Entretanto, abrimos outro com preços base superiores. Está adjudicada a obra e, portanto, vamos ter uma creche em Santo Estevão e vamos ter forma de assegurar o futuro daquela escola por essa via também. Portanto, há outros investimentos, seguramente. Estou-me a lembrar de outros que não constam diretamente. Ao senhor Deputado Leonel Vieira, vou explicar-lhe novamente. Já lhe expliquei não sei quantas vezes como é que se fazem orçamentos e planos e quem é candidato a Câmara tem a obrigação de saber. Ou então, se sabe e não diz a verdade, ainda é pior. No Plano Plurianual de Investimentos só constam as obras de iniciativa municipal, ou seja, obras em que a Câmara vai ser o dono da obra. Se for outro tipo de intervenções, obras financiadas pela Câmara, mas promovidas por outras instituições, seja a Junta de Freguesia, seja uma IPSS, não consta no PPI, nem pode constar. Tem de constar verbas nas transferências, tem de constar no orçamento a dotação necessária para que depois esses apoios existam e vão existir. E, portanto, eu vou explicar-lhe daquilo que me lembrar, porque não me lembro de tudo assim na hora. Mas olhe, por exemplo, estou-me a lembrar de um grande investimento que vai haver em Sousela, já que falou em Sousela, nós temos a Escola de Moreira devoluta já há muitos anos. Não está no plano porque não pode

estar. Quer que lhe faça um desenho? Não consta do plano, porque não pode constar, porque não é a Câmara que vai ser a dona da obra, não é a Câmara que vai abrir o concurso, não é a Câmara que pode apresentar a candidatura. A Câmara só pode apresentar a candidatura relativamente a algumas respostas sociais, como foi o caso das creches. Se a Câmara quiser... desculpe, mas isto não é um debate. Já não vai ter mais debates comigo. Até gostava, mas já não vai ter. Já não vai ter mais debates comigo. Portanto, tenha calma, tenha calma que agora eu estou a responder à Assembleia. E, portanto, o senhor tem de ter calma. Vai ter a sua oportunidade. Agora tem de me ouvir. Eu sei que não agrada. Pelos vistos, o Dr. Leonel não quer perceber. Lamento se não consigo fazê-lo entender. Eu acho que já todos perceberam que essas realizações que estou a elencar não constam do PPI, porque há regras para fazer o PPI. E, volto a dizer, no PPI só constam aquelas obras cujo dono de obra é o Município. Todas as outras, ainda que sejam financiadas pelo Município, não constam do PPI. E estou a dar-lhe um exemplo. Vai haver uma intervenção profunda na escola de Moreira que vai ser requalificada para ali se instalar um CASI. Não sei se sabe o que é um CASI, mas eu posso dizer-lhe, é um centro de atividades para uma área que está muito a descoberto ainda no nosso concelho e na nossa região. Simplificando, é um Centro de Atividades Ocupacionais para a deficiência. E, portanto, no âmbito da rede social já foi escolhido o parceiro. Será um projeto a apresentar pela ACIP que está a construir umas belíssimas instalações em Nevogilde, o novo lar residencial para a terceira idade, um ERPI. Naturalmente que o senhor veio aqui dizer que se a Coligação estivesse no Executivo da Câmara construiria mais lares. Mas construía como? Vamos ser sérios. Nós não construímos mais porque não há. À medida que as oportunidades de financiamento surgem, a Câmara apoia sempre as instituições a avançar. Agora, nem todas as instituições, quando têm as oportunidades, querem avançar. E, não querendo avançar, a Câmara também não as pode obrigar. Portanto, a Câmara o que tem de fazer é ter um padrão de apoio para todas elas. Não podemos obrigar as instituições, mas podemos incentivá-las, tentar fazê-las ver que, enfim, às vezes algumas dúvidas que existem sobre sustentabilidade podem não estar devidamente avaliadas, porque se as respostas sociais são sustentáveis numa determinada instituição, nas outras, por maioria de razão, também haverá condições para serem. Mas é legítimo que as instituições tenham dúvidas e isso só revela a responsabilidade na gestão. E, portanto, agora não me parece é que seja muito sério dizer, se nós fôssemos Câmara havia muitos lares, muitos mais lares. Havia? Não havia coisa nenhuma, porque todas as oportunidades que têm surgido nós aproveitámo-las. E é isso que aconteceu agora, por exemplo, com este último projeto e, portanto, quem esteve e estiveram aqui, pelo menos ali, o senhor Presidente da Junta da União de Freguesias de Nespereira e Casais teve na inauguração de umas belíssimas instalações, também de outra escola que estava devoluta, a Escola da Boavista, em Nespereira. A senhora Secretária de Estado esteve na inauguração e eu apelei para que, efetivamente, este percurso,

sobretudo agora, nos últimos anos, de reforço das respostas sociais para este concelho e aqui para os concelhos da região, continue, porque, efetivamente, com estes projetos que estão em execução e que lá está, que não consta do PPI, mas consta do orçamento porque é preciso verba para os financiar, por exemplo, das creches que estão praticamente concluídos. O que está mais atrasado é o que a creche do centro foi, de facto, um passo importantíssimo para nós melhorarmos as respostas sociais, as taxas de cobertura. Mas ainda há muito a fazer, sobretudo na área da deficiência e, sobretudo, na área da terceira idade. Portanto, são as áreas onde, efetivamente, precisamos de mais respostas. Para isso, das duas uma: ou há fundos comunitários ou tem de ser o governo a criar programas de apoio e depois a Câmara cá estará, naturalmente, disponível para ajudar na componente nacional. O grande problema que existe nesta matéria é que as orientações atuais da União Europeia é no sentido de não se financiar equipamentos sociais que prevejam a institucionalização dos utentes. Ou seja, por exemplo, os lares residenciais, as ERP's, já não são elegíveis por fundos comunitários. E esse é que é o grande problema que o país tem. Portanto, a senhora Secretária de Estado deu-me nota de que o Governo tem a noção clara desse problema, dessa dificuldade e, portanto, está a ver se encontram soluções para se criar programas para apoiar a realização desses investimentos que são, efetivamente, fundamentais para o país. Faziam tudo e mais alguma coisa. Fomentavam programas de arrendamento acessível. Nós também estamos a fazer, mas estamos bloqueados pelo governo. Não é pelo Governo diretamente, é por um instituto que é tutelado pelo governo, que é o IRU. Depois davam mais recursos às Juntas, mais 20%. Eu lembro que, neste mandato, nós tivemos o aumento maior de sempre de reforço para as Juntas de Freguesia. Foi um processo que foi aprovado por unanimidade. E, portanto, vir agora, no último ano, dizer que se fossem vocês era mais 20%, enfim, enfim... Depois que ampliavam as áreas de acolhimento empresarial. Lembro que, no último quadro comunitário, só nos últimos dois anos do quadro comunitário que abriram candidaturas para áreas de acolhimento empresarial. E foi aí que nós candidatamos à área de Acolhimento Empresarial de Caíde, porque não houve mais. Aliás, houve há dois dias, uma reunião do Comité de Acompanhamento do Norte 2030, com representantes da Comissão Europeia, da ADC, de todas as CIM's, da Área Metropolitana, uma reunião que houve em Amarante e, na intervenção que eu fiz, dei nota de algumas dificuldades, de algumas aspirações que temos para resolver. E uma delas é justamente haver mais apoio, mais fundos para, de facto, se ampliar as Áreas de Acolhimento Empresarial e criar novas, porque é fundamental para esse objetivo da captação de investimento que aqui também foi falado. Relativamente ao plano de revitalização da rede viária, estamos de acordo. É o que nós queremos fazer. Este PPI tem aqui uma componente muito forte nessa matéria. Queremos fazer mais. Relativamente ao saldo de gerência anunciado dos 10 milhões, na prática nunca é 10 milhões, porque há sempre dívida que transita de um ano para o outro e que consome uma parte. Mas aquilo que for a disponibilidade será a prioridade de facto afetar

à rede viária. Relativamente aos transportes não é assim como diz, porque há um concurso, há regras. Mas sim, estamos de acordo num aspeto é que é necessário reforçar. Estamos a trabalhar com a CIM e com o novo operador para que, aquando do início da exploração deste contrato que deslizou, era suposto começar agora. Aliás, era suposto ter já começado. Por circunstâncias várias, teve de ser adiado. E a principal razão, neste momento, é um atraso que houve na integração da bilhética, porque nós queremos que o nosso sistema de bilhética seja integrado com o da área metropolitana, sob pena de os nossos munícipes, quer aqui de Lousada, quer dos outros dez municípios aqui da CIM, que se desloquem para o Porto, terem de ter dois passes, o que não é minimamente razoável. E, portanto, neste momento, por força de um acordo que nós fizemos com a Área Metropolitana, basta um passe. A ideia é que agora, com o novo concurso, basta também ter esse passe e, para isso, é preciso tecnologia. É preciso que essa tecnologia esteja pronta e seja entregue ao operador para depois adequar os equipamentos de leitura dos passes. E, portanto, houve um atraso por parte da empresa dos TIPS, uma empresa intermunicipal da área metropolitana que está num processo de extinção porque vai ser fundida, porque vão criar uma instituição e, portanto, isso motivou um atraso. E o que está previsto, neste momento, é que o contrato comece a 1 de julho. O transporte a pedido vai começar antes. Portanto, a nossa ideia é começar no início de abril. Portanto, para a nota de que essa componente dos transportes, que é uma componente importantíssima, está devidamente previsto o seu reforço. Depois, falou aqui também no Pavilhão Multiusos. Desta vez, já não referiu aqui as 8 mil pessoas, portanto, já não vamos ter a Arena Super Bock. Mas, naturalmente, já disse aqui que é um dos projetos que eu gostaria muito de ter realizado, mas, para isso, eu tinha de meter os ovos todos no mesmo cesto e isso não seria uma boa estratégia. E, portanto, teríamos de afetar praticamente os recursos todos num projeto destes. Como é sabido, o PRR não financiou este tipo de equipamentos e, portanto, seria, na minha opinião, um erro crasso se nós afetássemos praticamente os recursos todos do 2030 para fazer o multiusos e não fazer todas as outras abordagens que estamos a propor-nos. E, basicamente, era isso que eu tinha para dizer sobre as respostas ao Dr. Leonel. -----

----- Sobre a resposta ao Dr. Pedro Amaral, não foi de propósito que eu não respondi. Passou-me mesmo. Se houve um aumento, é por duas razões: é porque houve aumento de preços e porque também houve uma extensão, algumas ruas que os comerciantes, entretanto, por força do crescimento da Vila, nos pediram e nós achamos que fazia sentido, mas é uma área em que é muito difícil. Porquê? Porque, enquanto nas festividades há uma itinerância, hoje há uma festa aqui, amanhã há outra festa noutra local. No Natal, é equipamento que fica parado, não é? E, portanto, vai ficar parado. Os preços disparam. E, portanto, é o que é. Os concursos ficam desertos. Aliás, nós tivemos de abrir um segundo procedimento, creio, e, portanto, tivemos de voltar a subir a base, senão não tínhamos sequer propostas. E, mais, até pela questão do aumento de preços do que propriamente pelo

aumento da área de influência. -----

----- Depois, sem vos maçar muito, dar aqui apenas algumas notas sobre o orçamento. Estamos a falar de um orçamento o maior de sempre, como aqui foi dito, com um aumento substancial por duas ordens de razão que já aqui referi, pela coincidência de estarmos no arranque e sermos obrigados a imprimir aqui bastante velocidade na execução do Norte 2030, para não sermos prejudicados, por um lado, e, por outro lado, para também ficarmos habilitados em sede de reprogramação do 2030 podermos ser contemplados com verbas adicionais. É esse o nosso foco. Se nós temos este cenário agora, eu volto a recordar que também foi pela estratégia que tivemos na reta final do 2020. Lembro aqui que nós, e já o disse aqui nesta Assembleia, corremos um risco controlado que foi avançar com um pacote significativo de obra muito substancial, sem ter garantias de financiamento. Estou a falar das abordagens que tivemos nas EB2/3. Se nós fizéssemos obra apenas em função das dotações que tínhamos garantido, não tínhamos feito metade das obras e, portanto, arriscamos e arriscamos, porque a experiência dizia-me que, a exemplo daquilo que aconteceu nos quadros anteriores, a haver sobras de verbas, quem tivesse execução ia ser contemplado com essas verbas. Foi exatamente o que aconteceu. Portanto, nós, se não fosse isso, provavelmente iríamos ter de recorrer a um empréstimo para essas escolas. Não foi necessário porque, entretanto, fiz num primeiro momento um acordo com o Município de Castelo de Paiva. Aliás, já cumpri a minha parte porque abdiquei de meio milhão de euros de financiamento para a água, porque na água nós temos o assunto praticamente resolvido. E Castelo de Paiva tem um atraso substancial, portanto, estão as contas resolvidas com Castelo de Paiva. Mas dizia eu que, relativamente ao último quadro comunitário, de facto, nós resolvemos esse problema das escolas. Portanto, temos algumas intervenções ainda para fazer, mas já de pequena monta. Agora a nossa prioridade é substituir tudo o que for equipamentos infantis e, numa ou noutra escola que ainda tinha sistemas incipientes de aquecimento, também tornar a solução padronizada com a instalação de caldeiras a pellets. Depois, estou aqui a ver a senhora coordenadora da Escola de Lagoas. Temos ali outras intervenções para fazer, mas já são casos pontuais, que não dá sequer para resolver de outra forma que não seja com recursos próprios do Município. E é isso que estamos a fazer. Depois, o plano tem componentes de investimento muito significativas, desde logo na rede viária, nos equipamentos desportivos. Lembro a instalação de sintéticos, lembro novas componentes no complexo desportivo. A questão do circuito Internacional de Lousada, que está a correr conforme previsto, a primeira fase da obra fica concluída esta semana, provavelmente amanhã deve ficar concluída. Portanto, está a correr até em prazos mais curtos do que aqueles que nós estávamos a prever. A segunda fase já foi adjudicada depois de um concurso que ficou deserto, tivemos de subir um bocadinho a base e, portanto, foi agora aprovado. Foi adjudicado na ordem dos 900 e tal mil euros. E, portanto, temos a expectativa de ter as obras prontas nos prazos.

Está a correr tudo conforme previsto, contra aqueles cenários pessimistas que assistimos nesta Assembleia Municipal, onde se questionava tudo. Em alguma comunicação social ou pseudocomunicação social, inventavam-se problemas, dizia-se que o Tribunal de Contas tinha bloqueado o processo, que isto, que aquilo, e, portanto, dá-me vontade de rir. Dá-me muita satisfação porque fica devidamente comprovado que não foi à toa, não foi por impulso que tomamos uma decisão tão estratégica como esta de adquirir aqueles terrenos e avançar com as obras. Temos um grande investimento, como já foi referido, nos centros de saúde. Portanto, é uma área fundamental também para o nosso futuro. Temos uma componente importantíssima novamente na aquisição de terrenos. Eu volto a dizer aquilo que tenho dito repetidamente: quando sair da Câmara, saio de consciência tranquila, porque trabalhei não só para o presente, mas sobretudo para o futuro. Vou deixar condições, não só do ponto de vista financeiro e orçamental, mas também do ponto de vista funcional, porque é extremamente importante deixar condições para que, havendo recursos financeiros e havendo ideias, elas possam ser concretizadas. Para isso, é importantíssimo termos terrenos em locais estratégicos. Caso contrário, podemos ter recursos, podemos ter ideias, mas depois andamos com as calças na mão a tentar, enfim, chegar a acordo ou, no limite, ter de ir para processos expropriativos, o que não recomendo a ninguém. A Câmara Municipal, ao longo dos anos, como sabem, adquiriu um conjunto muito significativo de terrenos, não só aqui na vila, mas um pouco por todas as freguesias. É isso que continuamos a fazer. Estou a ver o senhor Presidente da Junta de Nevogilde, por exemplo. Uma das intervenções que candidatamos foi uma obra que era reclamada há muito tempo pela freguesia, que era a requalificação do aqueduto, mas não fazia sentido o Município fazer obras num local de propriedade privada. A Junta de Freguesia anterior empenhou-se como pôde nesse processo e houve um documento que legitimava a intervenção, mas não assegurava a propriedade, o que era uma fragilidade muito grande. Felizmente, conseguiu-se agora chegar a acordo com os proprietários, tendo em vista a aquisição dos terrenos. Para além de resolvermos esse problema de legitimidade de intervenção do aqueduto, vamos também criar condições para termos no concelho mais um parque verde, e é isso que procuramos fazer um pouco por todas as freguesias. É um processo em contínua evolução. Estou a ver a senhora secretária da Junta de Caíde. Já chegámos a acordo à partida com os proprietários também para fazermos a aquisição de uma série de terrenos junto à Ribeira de Caíde, e outras freguesias se seguirão, porque acho que é uma estratégia fundamental para dar condições de vida aos nossos concidadãos, para propiciar o bem-estar e a saúde física. Estou a olhar para a senhora Presidente do Torno. Já temos o terreno junto do Santuário e temos de avançar com as obras, como aliás já está a ser feito em Macieira. Enfim, acho que é um investimento acertado, porque é um investimento que tem efeitos muito positivos nas condições de vida das pessoas. Ao nível da economia, temos fortes expectativas de sermos muito bem-sucedidos na Área de Acolhimento

Empresarial de Caíde. As candidaturas estão a ser analisadas. À partida, não devem ficar lotes disponíveis. A nossa prioridade agora é tentar fechar o acordo com os proprietários para uma segunda fase, para quando surgir a oportunidade de nos apresentarmos candidatura, podermos prolongar e ampliar aquela área de acolhimento. Estamos a acompanhar algumas possibilidades de investimento, mas nesta área tudo é muito volátil. Lembro que há um grande investimento que foi falado e que ainda não foi concretizado. Os terrenos foram adquiridos por um grupo francês em Lodares para um grande investimento. A notícia que recentemente me deram é que o investimento não está posto de parte, mas que, face ao cenário internacional, acharam prudente aguardar para ver se efetivamente o panorama melhora para então avançarem com esse investimento. Grosso modo, era isso que tinha para dizer. Este é o último orçamento que apresento. Faço-o com toda a satisfação, por um lado, com o espírito de missão cumprida, mas verdadeiramente a missão cumprida será no último dia de mandato, porque até lá temos muito trabalho pela frente e continuarei com o mesmo empenho de sempre. Muito obrigado.» -----

----- **Finalizadas as intervenções dos Membros Municipais presentes, procedeu-se à votação, obtendo-se a seguinte DELIBERAÇÃO:** -----

----- No uso da competência prevista na alínea a), do n.º 1 do art.º 25º, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro que estabelece o Regime Jurídico das Autarquias Locais (versão atualizada), conjugado com o n.º 1 do art.º 44.º da Lei n.º 73/2013 de 03 de setembro, que estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais (versão atualizada), **a Assembleia Municipal de Lousada APROVOU por maioria, com 24 votos a favor (22 do Partido Socialista e 2 da Coligação Acreditar Lousada) e 11 Abstenções da Coligação Acreditar Lousada os Documentos Previsionais para o ano de 2025.** -----

----- **As onze abstenções pertencem aos seguintes Membros Municipais da Coligação Acreditar Lousada:** -----

1. Leonel Vieira; -----
2. Agostinho Gaspar;-----
3. Sandra Leonor Silva; -----
4. Filipa Daniela Gomes dos Santos; -----
5. Pedro Amaral; -----
6. Ana Cristina Moreira; -----
7. João Paulo Nunes de Brito;-----
8. Carlos Manuel Moreira;-----
9. Ana Paula Vieira Moreira; -----
10. Diogo Agostinho Aires, Presidente da Junta de freguesia de Sousela;
11. Fausto Oliveira, Presidente da União de Freguesia Silvaes, Pias,

Nogueira e Alvarenga. -----

3. -----Taxa de IMI, para vigorar no ano de 2025. -----

----- A Câmara Municipal de Lousada, na sua reunião ordinária de 29 de novembro de 2024, aprovou por maioria, **SUBMETER à Assembleia Municipal de Lousada, para aprovação de fixar a taxa do Imposto Municipal sobre os Imóveis** em 0,3%, a aplicar sobre prédios urbanos, para vigorar no ano de 2025, bem como, fixar uma redução da Taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis para vigorar no ano de 2025, a aplicar ao prédio ou parte do prédio urbano destinado a habitação própria e permanente do sujeito passivo ou do seu agregado familiar, com 3 ou mais dependentes a cargo, e que seja efetivamente afeto a tal fim, através de uma dedução fixa de 140€, cumprindo o estipulado no artigo 25.º, n.º 1, alínea d) da Lei 75/2013, de 12 setembro, na sua redação atual e do artigo 112.º e 112.º- A do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis. -----

----- **Não houve intervenções por parte dos Membros Municipais presentes. Sendo efetuada a votação, obteve-se a seguinte, DELIBERAÇÃO:**

----- No uso da competência prevista no artigo 25.º, n.º 1, alínea d) da Lei 75/2013, de 12 setembro, na sua redação atual, e do artigo 112.º e 112.º- A do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, **a Assembleia Municipal de Lousada APROVOU por maioria, com 24 votos a favor (22 do Partido Socialista e 2 da Coligação Acreditar Lousada) e 11 abstenções da Coligação Acreditar Lousada, a Taxa de IMI para vigorar no ano de 2025. –**

----- As onze abstenções pertencem aos seguintes Membros Municipais da Coligação Acreditar Lousada: -----

1. Leonel Vieira; -----
2. Agostinho Gaspar; -----
3. Sandra Leonor Silva; -----
4. Filipa Daniela Gomes dos Santos; -----
5. Pedro Amaral; -----
6. Ana Cristina Moreira; -----
7. João Paulo Nunes de Brito; -----
8. Carlos Manuel Moreira; -----
9. Ana Paula Vieira Moreira; -----
10. Diogo Agostinho Aires, Presidente da Junta de freguesia de Sousela; -----
11. Fausto Oliveira, Presidente da União de Freguesia Silvares, Pias, Nogueira e Alvarenga. -----

----- E, com as seguintes declarações de voto dos seguintes Membros Municipais: -----

----- **PEDRO AMARAL da Coligação Acreditar Lousada:** «A Coligação PSD-CDS vem consistentemente defendendo a existência de uma redução da taxa deste imposto não só para agregados com 3 dependentes, mas também aos agregados com 2 dependentes, tendo em conta o contexto socioeconómico das famílias, a crise sentida no âmbito da habitação, em simultâneo com um aumento significativo das receitas do município em impostos diretamente relacionados com este contexto, seja o IMI, o IMT, taxas e licenças. Consideramos de uma tremenda indiferença social e ilimitado no incentivo demográfico, rejeitar o alargamento da redução deste imposto às famílias Lousadenses com 2 dependentes a cargo. Acresce que estamos perante uma taxa de imposto e respetiva redução que são revistos anualmente, pelo que nada impedia que o executivo pudesse ponderar este apoio às famílias, revendo anualmente. A Coligação abstém-se da proposta apresentada, por se tratar de uma taxa de imposto e respetiva redução que são revistos anualmente, esperando que o executivo reconheça a importância social e até demográfica do alargamento da redução do imposto proposta pela coligação e possa acompanhar a proposta da oposição em futuros períodos.» -----

E,

----- **SÓNIA OLIVEIRA do Partido Socialista:** «Naturalmente que a Bancada Socialista vota a favor. Estamos convictos de que os impostos devem ser equitativos e adequados às circunstâncias de cada família. Sabemos que uma dedução fixa a favorecer algumas pessoas em detrimento de outras. Neste contexto, a proposta centra-se apenas em famílias com dois dependentes, descurando outras categorias de Lousadenses que também podem estar com dificuldades financeiras, como famílias com apenas um dependente ou até mesmo sem filhos. É crucial garantir que o auxílio realmente chegue àqueles que mais necessitam e, sem dúvida, esta não é a melhor maneira de o conseguir. O nosso objetivo deve ser criar políticas fiscais que realmente façam a diferença na vida das pessoas, garantindo que o apoio chegue a todas as famílias de uma forma justa, qualitativa e responsável.» -----

4. -----Taxa de IRS, para vigorar no ano de 2025. -----

----- A Câmara Municipal de Lousada, na sua reunião ordinária de 29 de novembro de 2024, deliberou por maioria, aprovar e **SUBMETER à Assembleia Municipal de Lousada para APROVAÇÃO da proposta de fixação em 4% a participação variável deste Município no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no concelho de Lousada, para vigorar no ano de 2025**, de acordo com o estabelecido na alínea c) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro que estabelece o Regime Jurídico das Autarquias Locais (versão atualizada), conjugado com o n.º 1 do art.º 26.º do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro. -----

Esclarecimento do senhor Presidente da Câmara Municipal, PEDRO MACHADO: «Relativamente ao IRS, a nossa proposta é de mantermos a redução que já está em vigor em 2024. Ou seja, os municípios deste país têm direito a 5% daquilo que for o IRS de cada concelho e têm a possibilidade de prescindir de parte ou, em teoria, de toda essa receita. O grande problema, na minha opinião, é que isso não é correto. Não é correto o Governo, seja ele qual for, fazer política à custa dos orçamentos dos municípios e de colocar esse ónus nos municípios. Porquê? Porque a realidade dos municípios é completamente diferente umas das outras. Nós temos municípios no país que são fortemente dependentes das transferências do Estado e temos outros que não dependem de transferências de Estado nenhuma. Aliás, há municípios neste país que não recebem um tostão de FEF porque não precisam, porque as receitas são imensas. Aliás, nessa conversa que eu tive ao almoço com o senhor Ministro das Infraestruturas, estava-lhe a dar nota disso, de que, na minha opinião, o país tem um problema grave de repartição de recursos. E ele estava a concordar. E estava a concordar dando o exemplo da câmara onde ele foi vereador porque disse-me que tinha uma vida tranquila, porque não tinha esse problema de falta de dinheiro. Bastaria ter ideias, ter boas políticas e pô-las em ação. Porque dinheiro em Cascais não é problema, não é só em Cascais, em muitos outros municípios são municípios com receitas que os outros municípios não têm. E, portanto, este problema que existe, um problema sério de coesão, só se resolve com uma nova lei de finanças locais que anda a ser anunciada há não sei quantos anos. Espero que avance de uma vez por todas, porque, sobretudo, os municípios de pequena e média dimensão não têm a mesma possibilidade de prescindir de receita que os outros têm. E, há bocadinho não foi aqui falado, só se centrou a questão da discussão no adicional de desconto. Mas o Município de Lousada, há muitos anos a esta parte, prescinde de uma quantia muitíssimo expressiva, mesmo face ao nosso orçamento de IML. Estamos a falar para o próximo ano de 1 milhão e 700 mil euros de receita que nós deixámos de receber, porque se praticássemos as taxas máximas, como ainda são praticadas nalguns concelhos, arrecadávamos mais 1 milhão e 700. No IRS já estamos a prescindir de uma parte substancial. Estamos a fixar nos quatro por cento. Enfim, percebo que o vosso papel de oposição também não é fácil, não é? Também não podem concordar com tudo. Eu percebo isso, que não é um papel fácil para a Coligação, que não podem concordar com tudo e abanarem com a cabeça. Pronto, eu sei e percebo isso. Mas não estou a ser hipócrita. Percebo. E, portanto, se propuséssemos 3,5, vocês iam propôr três e, portanto, íamos andar sempre nisto. Agora, o problema é que tem de haver um equilíbrio, tem de haver um equilíbrio entre termos os recursos necessários para satisfazer também aquilo que são os anseios da nossa população, por um lado, e depois também ter uma política fiscal que seja adequada e que seja o mais favorável e mais amiga possível das pessoas e das empresas. E aí eu peço meças, porque,

efetivamente, o nosso concelho é daqueles que mais prescinde de receita. E para isso há dados objetivos comparativos que qualquer cidadão pode aceder, que é o Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses. Está lá previsto um item que tem que ver com os impostos que são cobrados aos respetivos habitantes. Efetivamente, nota-se nesse indicador que, efetivamente, a média nacional está muito longe daquilo que se pratica aqui em Lousada. Portanto, nós estamos a prescindir muito mais do que aquilo que é a média. E, nesta matéria do IRS, são mesmo muito poucos os municípios que prescindem de parte dessa receita. Basta olhar aqui para a região. A maioria não mexeu nisso. Mantém os 5% porque, efetivamente, depois os recursos fazem falta para atender, enfim, às diversas solicitações e, portanto, é essa a razão pela qual nós estamos a prever os 4%. Mas depois, no futuro, portanto, se a Câmara continuar a ser bem governada e se nós continuarmos a ter boas contas e conseguirmos ter, enfim, capacidade de execução, como temos vindo a ter. Sim, se calhar no futuro poderá haver condições, não sei. Mas neste momento acho que o mais acertado é mantermos os 4%. E, portanto, é evidente que podíamos estar aqui, enfim, induzidos numa ânsia de agradar, de ser simpáticos, até porque vem aí um período eleitoral, mas não é essa a nossa forma de estar. Continuamos a ser responsáveis. E, é nessa atitude de responsabilidade que nós apresentamos esta proposta».

----- **Após o esclarecimento fornecido pelo senhor Presidente da Câmara, procedeu-se à votação, resultando na seguinte DELIBERAÇÃO: ---**

----- No uso da competência prevista na alínea c) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro que estabelece o Regime Jurídico das Autarquias Locais (versão atualizada), conjugado com o n.º 1 do art.º 26.º do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, **a Assembleia Municipal aprovou por maioria de 23 votos a favor (22 do PS e 1 da Coligação Acreditar Lousada) e 12 Abstenções da Coligação Acreditar Lousada a Taxa de IRS, para vigorar no ano de 2025.** -----

----- As doze abstenções pertencem aos seguintes Membros Municipais da Coligação Acreditar Lousada: -----

1. Leonel Vieira; -----
2. Agostinho Gaspar;-----
3. Sandra Leonor Silva; -----
4. Filipa Daniela Gomes dos Santos; -----
5. Pedro Amaral; -----
6. Ana Cristina Moreira; -----
7. João Paulo Nunes de Brito;-----
8. Carlos Manuel Moreira;-----
9. Ana Paula Vieira Moreira; -----
10. Diogo Agostinho Aires, Presidente da Junta de freguesia de Sousela; -
11. João Fernando Pinto Magalhães, presidente da Junta da União de

Freguesias de Figueiras e Covas; -----

12. Fausto Oliveira, Presidente da União de Freguesia Silvares, Pias, Nogueira e Alvarenga. -----

----- E, com as seguintes declarações de voto dos seguintes Membros Municipais: -----

----- **PEDRO AMARAL, da Coligação Acreditar Lousada:** «PSD e o CDS continuam a defender, como, aliás, sempre defenderam que uma das responsabilidades sociais do município passa por aliviar a carga fiscal sobre os cidadãos e as famílias. Entendemos que o município devia diminuir a sua participação fixa no IRS e durante este mandato temos defendido todos os anos uma descida de pelo menos mais 0.5% que o Partido Socialista recusa. E, em vez de explicar aos Lousadenses porque não lhes quer devolver meio por cento da participação limitam-se a dizer que os municípios vizinhos cobram mais, são as escolhas... E, portanto, a política faz-se de opções e, portanto, a Coligação abstém-se da proposta apresentada na expectativa contínua de que o Executivo Socialista pondere uma baixa suplementar de participação no IRS, como ponderou no passado outras reivindicações da oposição a nível fiscal e que foram sendo adotadas.»-----

E,

----- **Eduarda Ferreira do Partido Socialista:** «O Partido Socialista naturalmente vota a favor desta proposta porque entendemos que é fundamental mantermos uma postura responsável em termos financeiros. Temos de encontrar o equilíbrio entre a redução de impostos e a capacidade do nosso município de cumprir com os compromissos que tem, e é essa a responsabilidade que nos distingue. Ao contrário da oposição, as medidas apresentadas pelo executivo são estudadas ao nível do seu impacto financeiro. Não podemos apresentar medidas sem esclarecer onde devemos cortar ou deixar de investir. Deixo a pergunta: a oposição pretende cortar onde? Na saúde, na educação, nas infraestruturas ou nos subsídios às associações?»-----

5. ----- **Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP), para vigorar no ano de 2025.** -----

----- A Câmara Municipal de Lousada, na sua reunião ordinária de 27 de novembro de 2023, deliberou por unanimidade, **aprovar e submeter à Assembleia Municipal de Lousada, para aprovação do percentual de 0,25%, relativo à Taxa Municipal de Direitos de Passagem, para vigorar no ano de 2024, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e na alínea f) do artigo 14.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro.** -----

----- **Intervenção do Membro Municipal, AGOSTINHO GASPAR, Coligação**

Acreditar Lousada: «Eu estava a comentar aqui, fazer uma malandrice. Porquê? Porque faltou-me uma pergunta há pouco. Na questão do IRS de 1%, eram 300 mil euros de perda de receita, certo? Se fosse o que defendíamos seriam mais 150 mil euros. Era só para saber isso. É isso, não é? Portanto, estamos aqui a discutir 150 mil euros, certo? Em 58 milhões, é isso, não é!?» -----

-----**Resposta do senhor Presidente da Câmara Municipal, PEDRO MACHADO:** «Já que o senhor deputado, enfim, quis fazer ali o número, volto a dizer que aquilo que disse faz parte deste exercício democrático, ok? Portanto, não sei se são 150 ou 200. Se fossem 150, seriam mais 150 ou mais 200. A questão é se o município tem condições para prescindir dos 5%. E eu acho que não tem? Porque, para o fazermos, íamos que ter um corte radical nos investimentos. Estou a falar de 5%, que é a receita a que temos direito. Se a Câmara e a Assembleia quisessem votar a redução dos 5% podiam fazê-lo. Mas nós não somos de Cascais. E, portanto, não temos as receitas que alguns municípios têm. Para isso, íamos ter de apertar o cinto e não podíamos fazer um conjunto significativo de realizações que são imprescindíveis para contribuir para a melhoria das condições de vida das pessoas. E, portanto, por isso é que nós, preocupados também com a vida de cada uma das pessoas, decidimos abdicar de uma parte e ir mais além no futuro, se o panorama das contas públicas assim o permitir. Se continuarmos a ter este desempenho em termos económicos e de finanças públicas, eventualmente se poderá ir mais além. Portanto, a questão é essa. Agora, se é X ou Y, isso não me parece relevante, é uma questão também de princípio, não é? Porque, senão, tirávamos uma décima, para dizer que reduzimos. Mas isso não seria sério. Portanto, agora a questão é: porque é que propõem menos 0,5? Porque não propõem -1%? Aliás, não deixa de ser sintomático que vocês, no vosso subconsciente, até concordam connosco, porque se não concordassem, votavam contra.» -----

-----**Finalizadas as intervenções dos Membros Municipais presentes, procedeu-se à votação, obtendo-se a seguinte DELIBERAÇÃO:** -----

-----No uso da competência prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e na alínea f) do artigo 14.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, **a Assembleia Municipal Lousada aprovou por unanimidade de 35 votos a Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP), para vigorar no ano de 2025.** -- -----

6.-----Mapa de Pessoal de 2025. -----

-----A Câmara Municipal de Lousada, na sua reunião ordinária de 27 de novembro de 2023, deliberou por maioria, aprovar e submeter **à Assembleia**

Municipal de Lousada, para aprovação da proposta do Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Lousada para o ano de 2024, ao abrigo das competências conferidas pela alínea o) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro que estabelece o Regime Jurídico das Autarquias Locais (versão atualizada), conjugado com n.º 4.º do art.º 29.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho (Lei Geral do Trabalho e Funções Públicas).-

----- Não havendo intervenções por parte dos Membros Municipais presentes, procedeu-se à votação, resultando na seguinte **DELIBERAÇÃO**: -

----- No uso da competência prevista na alínea o) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro que estabelece o Regime Jurídico das Autarquias Locais (versão atualizada), conjugado com n.º 4.º do art.º 29.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho (Lei Geral do Trabalho e Funções Públicas), **a Assembleia Municipal de Lousada APROVOU por unanimidade de 35 votos o Mapa de Pessoal de 2025.** -----

7. -----Atribuição de um subsídio no valor de 4.642,00€ (C/IVA) à Junta de Freguesia de Caíde de Rei - Construção de muros de pedra para o alargamento da Travessa Manuel Magalhães/Travessa do Gestal. -----

----- A Câmara Municipal de Lousada, na sua reunião ordinária de 16 de setembro de 2024, deliberou por unanimidade **SUBMETER à Assembleia Municipal de Lousada, para aprovação da atribuição de um subsídio à Junta de Freguesia de Caíde de Rei, no valor de 4.642,00€, para construção de muros de pedra para o alargamento da Travessa Manuel Magalhães/Travessa do Gestal, nos termos do artigo 25.º, n.º 1, alínea j) da lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.** -----

----- **Intervenção do Membro Municipal, EDUARDA FERREIRA, Partido Socialista:** «Decidi vir aqui outra vez. Estou-lhe a dizer como gosta que eu venha aqui. Venho cá outra vez. Não diz que estou muito caladinha nas Assembleias. A minha intervenção não é propriamente sobre este ponto, mas sobre os 11 pontos que vêm a esta Assembleia para a justa atribuição de subsídios às Juntas de Freguesia para fazerem obras de proximidade. Mas antes disso, eu propunha aqui, se o senhor Agostinho Gaspar também o considerar como correto, unir estes pontos. E, porventura depois quem quiser falar usa da palavra agora ou no último. Mas pronto, eu irei fazê-lo agora e deixo já aqui esclarecido que vamos votar obviamente a favor destes pontos. Nota-se o esforço substancial por parte do Município em corresponder aos anseios das Juntas de Freguesia, um pouco por todo o território, participando uma grande parte destes investimentos. Só hoje vamos votar aqui quase 120 mil euros de apoios às Juntas de Freguesia, a

somar a muitas outras propostas que, no decorrer das várias Assembleias Municipais, têm vindo aqui a votação. Hoje votamos o financiamento e a comparticipação para a construção de muros e alargamentos em Caíde, para a Requalificação das Sedes das Juntas de Freguesias de Lodares, Aveleda, Figueiras e Meinedo, com o fornecimento de material; para a comparticipação dos pisos sintéticos para os ringues desportivos de Cernadelo e Alvarenga; Campo de Jogos da Areia em Sousela; a Requalificação das Casas Mortuárias em Covas e Figueiras e para a construção da casa de banho em Covas; para o Parque Infantil em Nespereira. Obras no Movimento Sénior de Silvares, entre outros. E, na verdade, reparo que nos documentos aqui apresentados, em muitos casos, até ter assinado um acordo de colaboração para que esta comparticipação obrigue a afixação de um painel de divulgação sobre quem financiou a obra, neste caso o Município. E a minha observação neste caso não é para ninguém em particular, mas sim pelo facto de já ter reparado que, em alguns casos, há um esquecimento seletivo sobre quem ajudou a participar a obra, seja em publicações formais, seja na própria obra em si, seja na comunicação social. E isso não é um bom sinal. Acho até que é desnecessário. Não fica bem. Nós estamos todos a trabalhar para o mesmo e esta divulgação junto dos Lousadenses deve ser feita para perceberem que há uma boa articulação entre os diversos órgãos autárquicos, ou seja, a Junta de Freguesia que solicita o apoio e a Câmara que garante esta ajuda e a Assembleia que aprova. O Município também está obrigado a publicitar sempre todas as obras financiadas pelo Governo, mencionando à minúcia, os programas de financiamento e, por isso, deve existir também este cuidado por parte de todos nós. E era só esta observação que também gostava de aqui deixar.» -----

----- **Esclarecimento da senhora Presidente da Assembleia Municipal, LURDES CASTRO:** «Eu estava a colocar, e muito bem essa questão, portanto nós se concordarem, podemos unir a votação dos pontos. No entanto, eu gostaria de passar lá para casa a informação daquilo que está aqui, nem que seja de uma forma resumida, mas a informação, pelo menos.» -----

----- **Intervenção do Membro Municipal, AGOSTINHO GASPAR, Coligação Acreditar Lousada:** «Senhor Presidente, se me permite, se me permite, é mesmo sobre isso que eu queria falar. Diga, Nós, no início da Assembleia, eu e a doutora concordamos com isso. Se a lei permitir, por mim é ótimo. Relativamente ao passar lá para casa, foi o que a doutora fez. Aliás, para quem não gosta de publicidade, nem de campanha, nem de televisão, foi o que ela acabou de fazer. Foi por isso que eu aqui vim.» -----

----- **Esclarecimento da senhora Presidente da Assembleia Municipal, LURDES CASTRO:** «Então é melhor mesmo fazermos uma votação. -----

----- **Resposta do senhor Presidente da Câmara. PEDRO MACHADO:** «A Dra. Eduarda falou aqui na questão da divulgação e, enfim, que era para

que houvesse, no fundo, uma boa articulação entre os órgãos autárquicos. Por acaso, nem vejo a questão nesses termos. É um exercício de transparência. E nós, conforme foi aqui dito, nós, Município, quando temos um apoio do Estado, e é raro isso acontecer, porque antigamente havia os subprogramas um e dois, que financiavam obras de interesse local. O subprograma um, desde que veio aquela primeira crise, nunca mais houve. E o subprograma dois, em cada mandato, financia uma, duas, três obras no máximo no concelho, quer seja de uma Junta de Freguesia, de uma IPSS ou de uma Fábrica de Igreja. Aliás, o último a ser financiado até creio que foi o adro da Igreja de Vilar. Estamos a falar de valores de 50 a 60 mil euros. Mas, mesmo assim, sendo valores pequenos, é obrigatório divulgar. Afixar um painel, porque nas obras da União Europeia é absolutamente essencial. Há bocadinho falei naquela reunião que houve do Comité de Acompanhamento do 2030 no dia anterior nós fizemos visitas às obras e as principais coisas que viam e tiravam fotos eram as placas com a divulgação do apoio. E, portanto, eu acho que nós não exigimos em todos os casos. Mas, quando o apoio já tem um valor expressivo, em algumas situações está previsto fazer esses acordos de colaboração e com essa obrigatoriedade de publicidade.» -----

-----Finalizadas as intervenções dos Membros Municipais presentes, procedeu-se à votação, obtendo-se a seguinte **DELIBERAÇÃO:** -----

-----No uso da competência prevista no artigo 25.º, n.º 1, alínea j) da lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, a **Assembleia Municipal Lousada aprovou por unanimidade de 35 votos a atribuição de um subsídio no valor de 4.642,00 (C/IVA) € à Junta de Freguesia de Caíde de Rei - Construção de muros de pedra para o alargamento da Travessa Manuel Magalhães/Travessa do Gestal.** -----

8.----- Atribuição de um subsídio no valor de 1.890,63 € (c/IVA) à Junta de Lodares - para pintura da Sede da Junta e de passadeiras. -----

-----A Câmara Municipal de Lousada, na sua reunião ordinária de 16 de setembro de 2024, deliberou por unanimidade **SUBMETER à Assembleia Municipal de Lousada, para aprovar a atribuição de um subsídio à Junta de Freguesia de Lodares, no valor de 1.890,63 (C/IVA)**, destinado à pintura da Sede da Junta de Freguesia e fazer a remarcação de passadeiras que se encontram em mau estado e desgastada, nos termos do artigo 25.º, n.º 1, alínea j) da lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual. -----

----- Não havendo intervenções por parte dos Membros Municipais

presentes, procedeu-se à votação, resultando na seguinte **DELIBERAÇÃO**: -

----- No uso da competência prevista no artigo 25.º, n.º 1, alínea j) da lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, **a Assembleia Municipal Lousada aprovou por unanimidade de 35 votos a atribuição de um subsídio à Junta de Freguesia de Lodares, no valor de 1.890,63 (C/IVA)**, destinado à pintura da Sede da Junta de Freguesia e fazer a remarcação de passadeiras que se encontram em mau estado e desgastada. -----

9.----- Atribuição de um subsídio no valor de 8.634.00€ (c/IVA) à Junta de Sousela - para fornecimento de material. -----

----- A Câmara Municipal de Lousada, na sua reunião ordinária de 07 de outubro de 2024, deliberou por unanimidade **SUBMETER à Assembleia Municipal de Lousada, para aprovar a atribuição de um subsídio à Junta de Freguesia de Sousela, no valor de 8.634,00€ (C/IVA)**, para colocação de areia sílica a fim de efetuar a conclusão das obras de melhoramento do Ringue existente na Freguesia, transformando o mesmo num campo de jogos de areia, nos termos do artigo 25.º, n.º 1, alínea j) da lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual. -----

----- Não havendo intervenções por parte dos Membros Municipais presentes, procedeu-se à votação, resultando na seguinte **DELIBERAÇÃO**: -

----- No uso da competência prevista no artigo 25.º, n.º 1, alínea j) da lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, **a Assembleia Municipal Lousada aprovou por unanimidade de 35 votos a atribuição de um subsídio à Junta de Freguesia de Sousela, 8.634,00€ (C/IVA)**, para colocação de areia sílica a fim de efetuar a conclusão das obras de melhoramento do Ringue existente na Freguesia, transformando o mesmo num campo de jogos de areia. -----

10. ---- Alteração do Regulamento Municipal de Alienação de Lotes de Terreno da Área de Acolhimento Empresarial de Caíde de Rei.-----

----- A Câmara Municipal de Lousada, na sua reunião ordinária de 16 de setembro de 2024, deliberou por unanimidade **SUBMETER à aprovação da Assembleia Municipal de Lousada, a alteração do Regulamento Municipal de Alienação de Lotes de Terreno da Área de Acolhimento Empresarial de Caíde de Rei**, para os efeitos previstos no disposto na alínea g), do n.º 1 do art.º 25º, da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro que estabelece o Regime

Jurídico das Autarquias Locais (versão atualizada). -----

----- Não havendo intervenções por parte dos Membros Municipais presentes, procedeu-se à votação, resultando na seguinte **DELIBERAÇÃO**: -

----- No uso da competência prevista na alínea g), do n.º 1 do art.º 25º, da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro que estabelece o Regime Jurídico das Autarquias Locais (versão atualizada), **a Assembleia Municipal Lousada aprovou por unanimidade de 35 votos a alteração do Regulamento Municipal de Alienação de Lotes de Terreno da Área de Acolhimento Empresarial de Caíde de Rei.** -----

11. ---- Atribuição de um subsídio no valor de 8.619,28€ (c/IVA) à União de Freguesias de Figueiras e Covas. -----

----- A Câmara Municipal de Lousada, na sua reunião ordinária de 22/10/2024, deliberou por unanimidade **SUBMETER à Assembleia Municipal, a atribuição de um subsídio no valor de 8.619,28€ (c/IVA) à União de Freguesias de Figueiras e Covas**, para a execução de obras de pinturas, interiores e exteriores, do Edifício da Junta de Freguesia, Capela Mortuária de Figueiras e Capela Mortuária de Covas, ao abrigo da alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro que estabelece o Regime Jurídico das Autarquias Locais (versão atualizada). -----

----- Não havendo intervenções por parte dos Membros Municipais presentes, procedeu-se à votação, resultando na seguinte **DELIBERAÇÃO**: -

----- No uso da competência prevista na alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro que estabelece o Regime Jurídico das Autarquias Locais (versão atualizada), **a Assembleia Municipal Lousada aprovou por unanimidade de 35 votos a atribuição de um subsídio no valor de 8.619,28€ (c/IVA) à União de Freguesias de Figueiras e Covas**, para a execução de obras de pinturas, interiores e exteriores, do Edifício da Junta de Freguesia, Capela Mortuária de Figueiras e Capela Mortuária de Covas. -----

12. ---- Atribuição de um subsídio no valor de 515,01(c/IVA) à União de Freguesias de Figueiras e Covas. -----

----- A Câmara Municipal de Lousada, na sua reunião ordinária de 22/10/22, deliberou por unanimidade concordar e **SUBMETER à Assembleia Municipal para aprovação de um subsídio no valor de 515,01(c/IVA) à**

União de Freguesias de Figueiras e Covas, destinado aquisição de alguns materiais de construção para construir a casa de banho de pessoas com deficiência na Capela da Nossa Senhora do Amparo em Covas, ao abrigo da alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro que estabelece o Regime Jurídico das Autarquias Locais (versão atualizada). --

----- **Intervenção do senhor Presidente da União de Freguesias de Figueiras e Covas, JOÃO FERNANDO MAGALHÃES:** «Boa noite a todos. Senhora Presidente, senhor Presidente da Câmara, excelentíssimo público, camaradas. Eu só gostava que o senhor Presidente da Câmara me dissesse se faz obras em casa ou não faz! Para fazer uma casa de banho para deficientes, 515€ chega? 515€ não chega para comprar a sanita para deficientes, o lavatório e o varão de proteção. É só isto que eu gostava de saber.» -----

----- **Resposta do senhor Presidente da Câmara. PEDRO MACHADO:** «Eu, com toda a honestidade, não sei, não consigo perceber a sua questão, pura e simplesmente. Este assunto terá sido articulado com a Junta de Freguesia, foi à reunião de Câmara e, portanto, quando vem à Assembleia, devia estar estabilizado. A não ser que haja um erro e, se houver um erro, corrige-se, porque o nosso padrão de apoio é igual para todos e em função dos orçamentos que forem validados pelos serviços. Normalmente, solicitamos que as Juntas de Freguesia apresentem um orçamento e depois os serviços confirmam se esses orçamentos estão alinhados com os custos padronizados. Se estiverem, o que é que nós fazemos? Aceitamos esse valor como investimento total e normalmente participamos com 80%. Agora, se houver algum erro, estamos a tempo de corrigir. -----

---- Esse dito apoio, estou agora a ver, vem na sequência de um email da Junta de Freguesia de 24/09/2024, em que solicita apoio do Município para a aquisição de alguns materiais para construir a casa de banho para pessoas com deficiência na Capela Nossa Senhora do Amparo. O que é que diz a informação? Estes tipos de trabalhos não estão contemplados no contrato interadministrativos e, portanto, o apoio tem de ser através de uma proposta que vai à Câmara e depois aprovada aqui na Assembleia. Assim sendo, os materiais solicitados ascendem a 30 sacos de cimento a 3,33€ cada, totalizando 99,90€; 280 blocos de cimento a 210€; duas toneladas de areia; oito vigas, somando 515€. A não ser que haja um erro nestas parcelas – e, se houver, corrige-se – é o que dá, percebe? Como neste caso foi pedida esta verba para materiais e não foi pedido um valor para a mão-de-obra, não fazia sentido aplicar 80%, pelo que se propôs a transferência de 100% do valor solicitado para materiais. Agora, se houver algum erro, volto a dizer, estamos a tempo de corrigir. Eu volto a dizer, foi um email da Junta de Freguesia a pedir material e nós, sim senhor, concedemos o material, pelo que não estou a perceber a questão.» -----

-----Finalizadas as intervenções dos Membros Municipais presentes, procedeu-se à votação, obtendo-se a seguinte **DELIBERAÇÃO**: -----

-----No uso da competência prevista na alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro que estabelece o Regime Jurídico das Autarquias Locais (versão atualizada), **a Assembleia Municipal Lousada aprovou por unanimidade de 35 votos a atribuição de um subsídio no valor de 515,01(c/IVA) à União de Freguesias de Figueiras e Covas**, destinado aquisição de alguns materiais de construção para construir a casa de banho de pessoas com deficiência na Capela da Nossa senhora do Amparo em Covas. -----

13. ---- Atribuição de um subsídio no valor de 12.515,21€ (c/IVA) à Junta de Freguesia de Aveleda.-----

-----A Câmara Municipal de Lousada, na sua reunião ordinária de 22/10/22, deliberou por unanimidade concordar e **SUBMETER à Assembleia Municipal para aprovação de um subsídio no valor de 12.515,21€(c/IVA) à Junta de Freguesia de Aveleda**, para remodelação do edifício da sede da Junta de Freguesia, ao abrigo da alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro que estabelece o Regime Jurídico das Autarquias Locais (versão atualizada). -----

----- Não havendo intervenções por parte dos Membros Municipais presentes, procedeu-se à votação, resultando na seguinte **DELIBERAÇÃO**: -

----- No uso da competência prevista na alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro que estabelece o Regime Jurídico das Autarquias Locais (versão atualizada), **a Assembleia Municipal Lousada aprovou por unanimidade de 35 votos a atribuição de um subsídio no valor de 12.515,21€(c/IVA) à Junta de Freguesia de Aveleda**, para remodelação do edifício da sede da Junta de Freguesia. -----

14. ---- Atribuição de um subsídio no valor de 12.262,31€ (c/IVA) à União de Freguesias de Nespereira e Casais.-----

-----A Câmara Municipal de Lousada, na sua reunião ordinária de 29/11/2024, deliberou por unanimidade concordar e **SUBMETER à Assembleia Municipal para aprovação de um subsídio no valor de 12.262,31€(c/IVA) à União de Freguesias de Nespereira e Casais**, para execução do parque infantil Casa do Cárcere, junto ao cemitério da freguesia de Nespereira, ao abrigo da alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei

nº 75/2013 de 12 de setembro que estabelece o Regime Jurídico das Autarquias Locais (versão atualizada). -----

----- Não havendo intervenções por parte dos Membros Municipais presentes, procedeu-se à votação, resultando na seguinte **DELIBERAÇÃO**: -

----- No uso da competência prevista na alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro que estabelece o Regime Jurídico das Autarquias Locais (versão atualizada), **a Assembleia Municipal Lousada aprovou por unanimidade de 35 votos a atribuição de um subsídio no valor de 12.262,31€(c/IVA) à União de Freguesias de Nespereira e Casais**, para execução do parque infantil Casa do Cárcere, junto ao cemitério da freguesia de Nespereira. -----

15. ---- Atribuição de um subsídio no valor de 10.084,42€ à Freguesia de Meinedo.-----

-----A Câmara Municipal de Lousada, na sua reunião ordinária de 29/11/2024, deliberou por unanimidade concordar e **SUBMETER à Assembleia Municipal para aprovação de um subsídio no valor de 10.084,42€ à Junta de Freguesia de Meinedo**, para a instalação da secretaria no rés do chão do edifício da Junta de Freguesia, ao abrigo da alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro que estabelece o Regime Jurídico das Autarquias Locais (versão atualizada). --

----- Não havendo intervenções por parte dos Membros Municipais presentes, procedeu-se à votação, resultando na seguinte **DELIBERAÇÃO**:

----- No uso da competência prevista na alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro que estabelece o Regime Jurídico das Autarquias Locais (versão atualizada), **a Assembleia Municipal Lousada aprovou por unanimidade de 35 votos um subsídio no valor de 10.084,42€ à Junta de Freguesia de Meinedo**, para a instalação da secretaria no rés do chão do edifício da Junta de Freguesia. -----

16. ---- Atribuição de um subsídio à União de Freguesias de Silvares, Pias, Nogueira e Alvarenga, no valor 28.862,87€.-----

-----A Câmara Municipal de Lousada, na sua reunião ordinária de 29/11/2024, deliberou por unanimidade concordar e **SUBMETER à Assembleia Municipal para aprovação de um subsídio no valor de**

28.862,87€ à União de Freguesias de Silvares, Pias, Nogueira e Alvarenga, para a realização das obras de requalificação do campo de jogos existente (Campo Desportivo de Alvarenga – Relvado Sintético), ao abrigo da alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro que estabelece o Regime Jurídico das Autarquias Locais (versão atualizada). -----

----- Não havendo intervenções por parte dos Membros Municipais presentes, procedeu-se à votação, resultando na seguinte **DELIBERAÇÃO**: -

----- No uso da competência prevista na alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro que estabelece o Regime Jurídico das Autarquias Locais (versão atualizada), **a Assembleia Municipal Lousada aprovou por unanimidade de 35 votos um subsídio no valor de 28.862,87€ à União de Freguesias de Silvares, Pias, Nogueira e Alvarenga**, para a realização das obras de requalificação do campo de jogos existente (Campo Desportivo de Alvarenga – Relvado Sintético). -----

17. ---- Atribuição de um subsídio à União de Freguesias de Silvares, Pias, Nogueira e Alvarenga, no valor 5.150,00€. -----

----- A Câmara Municipal de Lousada, na sua reunião ordinária de 29/11/2024, deliberou por unanimidade concordar e **SUBMETER à Assembleia Municipal para aprovação de um subsídio no valor de 5.150,00€ à União de Freguesias de Silvares, Pias, Nogueira e Alvarenga**, de forma a participar a realização das obras de beneficiação, concretamente na colocação de caixilharias em alumínio para fecho da varanda contígua ao espaço usado pelo Movimento Sénior de Silvares, no Edifício da Junta, de forma a criar um espaço adicional, essencial para atividades de apoio e para melhoria do bem estar dos utentes, ao abrigo da alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro que estabelece o Regime Jurídico das Autarquias Locais (versão atualizada). -----

----- Não havendo intervenções por parte dos Membros Municipais presentes, procedeu-se à votação, resultando na seguinte **DELIBERAÇÃO**: -

----- No uso da competência prevista na alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro que estabelece o Regime Jurídico das Autarquias Locais (versão atualizada), **a Assembleia Municipal Lousada aprovou por unanimidade de 35 votos um subsídio no valor de 5.150,00€ à União de Freguesias de Silvares, Pias, Nogueira e Alvarenga**, de forma a participar a realização das obras de beneficiação, concretamente na colocação de caixilharias em alumínio para fecho da varanda contígua ao espaço usado pelo Movimento Sénior de Silvares, no Edifício da Junta. -----

18. ---- Atribuição de um subsídio à União de Freguesias de Cernadelo, S. Miguel e Sta. Margarida, no valor 22.658,56€; -----

-----A Câmara Municipal de Lousada, na sua reunião ordinária de 29/11/2024, deliberou por unanimidade concordar e **SUBMETER à Assembleia Municipal para aprovação de um subsídio no valor de 22.658,56€ à União de Freguesias de Cernadelo, S. Miguel e Sta. Margarida**, relativo ao Campo Desportivo de Cernadelo – Relvado Sintético, ao abrigo da alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro que estabelece o Regime Jurídico das Autarquias Locais (versão atualizada). --

----- Não havendo intervenções por parte dos Membros Municipais presentes, procedeu-se à votação, resultando na seguinte **DELIBERAÇÃO: -**

----- No uso da competência prevista na alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro que estabelece o Regime Jurídico das Autarquias Locais (versão atualizada), **a Assembleia Municipal Lousada aprovou por unanimidade de 35 votos um subsídio no valor de 22.658,56€ à União de Freguesias de Cernadelo, S. Miguel e Sta. Margarida**, relativo ao Campo Desportivo de Cernadelo – Relvado Sintético. -----

19. ---- Requalificação Urbanística da Rua do Pinheiro, Silvares - desafetação para o domínio privado municipal da área afeta ao troço da Rua do Pinheiro das parcelas 1, 3, 4, 5 e 6, com a área total de 209,0 m2; ---

-----A Câmara Municipal de Lousada, na sua reunião ordinária de 22/10/2024, deliberou por unanimidade **SUBMETER à Assembleia Municipal para aprovação da desafetação do domínio público para o domínio privado municipal** a área afeta ao troço da Rua do Pinheiro das (parcelas 1, 3, 4, 5 e 6, com a área total de 209,0 m2), ao abrigo da alínea q) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro que estabelece o Regime Jurídico das Autarquias Locais (versão atualizada). -----

----- Não havendo intervenções por parte dos Membros Municipais presentes, procedeu-se à votação, resultando na seguinte **DELIBERAÇÃO: -**

----- No uso da competência prevista alínea q) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro que estabelece o Regime Jurídico das Autarquias Locais (versão atualizada), **a Assembleia Municipal Lousada aprovou por unanimidade de 35 votos a desafetação do domínio público para o domínio privado municipal a área afeta ao troço da Rua do Pinheiro**

das (parcelas 1, 3, 4, 5 e 6, com a área total de 209,0 m2). -----

20. ---- Regulamento para a Criação e Conservação de MicroReservas do Concelho de Lousada. -----

-----A Câmara Municipal de Lousada, na sua reunião ordinária de 22/10/2024, **deliberou por unanimidade propor à aprovação da Assembleia Municipal de Lousada, o Regulamento para a criação e conservação de microreservas do Concelho de Lousada**, no uso das competência que lhe é conferida pela alínea g), do n.º 1, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual. -----

----- Não havendo intervenções por parte dos Membros Municipais presentes, procedeu-se à votação, resultando na seguinte **DELIBERAÇÃO: -**

----- No uso da competência prevista alínea g), do n.º 1, do artigo 25.º, da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, na sua redação atual **a Assembleia Municipal Lousada aprovou por unanimidade de 35 votos o Regulamento para a criação e conservação de microreservas do Concelho de Lousada.**

21. ---- Relatório de Execução Orçamental e Financeiro – 1.º Semestre de 2024 relativo à “Lousada Século XXI – Atividades Desportivas e Recreativas – E.M. - Sociedade Unipessoal, Lda. -----

-----A Câmara Municipal de Lousada, na sua reunião ordinária de 09/09/2024, **deliberou por unanimidade REMETER** à Assembleia Municipal, para conhecimento o relatório de execução orçamental e financeiro – 1.º Semestre de 2024, relativo à “Lousada Século XXI – Atividades Desportivas e Recreativas – E.M. - Sociedade Unipessoal, Lda., **nos termos do disposto n.º 1 do artigo 42.º da Lei 50/2012, de 31 de agosto na sua redação atual que lhe foi dada pela Lei n.º 69/2015.** -----

-----No uso da competência prevista no n.º 1 do artigo 42.º da Lei 50/2012, de 31 de agosto, na sua redação atual dada pela Lei n.º 69/2015, **a Assembleia Municipal de Lousada tomou conhecimento do Relatório de Execução Orçamental e Financeiro – 1.º Semestre de 2024, relativo à “Lousada Século XXI – Atividades Desportivas e Recreativas – E.M. - Sociedade Unipessoal, Lda.”**, pelos 35 membros presentes na sessão, sem qualquer intervenção. -----

22. ---- Relatório do 1.º Semestre 2024 e Parecer do Fiscal Único sobre a Informação Financeira 1º Semestre 2024 relativo à “Lousada Século XXI – Atividades Desportivas e Recreativas – E.M. – Sociedade Unipessoal, Lda. -

-----A Câmara Municipal de Lousada, na sua reunião ordinária de 22/10/2024, deliberou por unanimidade **REMETER à Assembleia Municipal, para conhecimento o Relatório do 1.º Semestre 2024 e Parecer do Fiscal Único sobre a Informação Financeira 1º Semestre 2024, relativo à “Lousada Século XXI – Atividades Desportivas e Recreativas – E.M. – Sociedade Unipessoal, Lda.,** nos termos do disposto n.º 1 do artigo 42.º da Lei 50/2012, de 31 de agosto na sua redação atual que lhe foi dada pela Lei n.º 69/2015.-----

-----No uso da competência prevista nos termos do disposto n.º 1 do artigo 42.º da Lei 50/2012, de 31 de agosto na sua redação atual que lhe foi dada pela Lei n.º 69/2015, **a Assembleia Municipal de Lousada tomou conhecimento do Relatório do 1.º Semestre 2024 e Parecer do Fiscal Único sobre a Informação Financeira 1º Semestre 2024 relativo à “Lousada Século XXI – Atividades Desportivas e Recreativas – E.M. – Sociedade Unipessoal, Lda.,** pelos 35 membros presentes na sessão, sem qualquer intervenção. ---

23. ---- Plano de Atividades e Orçamento para o Exercício de 2025, relativo à “Lousada Século XXI – Atividades Desportivas e Recreativas – E.M. – Sociedade Unipessoal, Lda. -----

----- A Câmara Municipal de Lousada, na sua reunião ordinária de 29/11/24, deliberou por unanimidade **SUBMETER à Assembleia Municipal de Lousada, para efeitos de acompanhamento e controlo o Plano de Atividades e Orçamento para o Exercício de 2025 (acompanhados com o parecer do Fiscal Único sobre os instrumentos de gestão previsional) da Lousada Século XXI – Atividades Desportivas e Recreativas – E.M. – Sociedade Unipessoal Lda,** nos termos do disposto do artigo 42.º da Lei 50/2012, de 31 de agosto na sua redação atual que lhe foi dada pela Lei n.º 69/2015. -----

-----No uso da competência prevista no artigo 42.º, n.º 1 da Lei 50/2012, de 31 de agosto, na redação atual que lhe foi dada pela Lei n.º 69/2015, **a Assembleia Municipal de Lousada tomou conhecimento do Plano de Atividades e Orçamento para o Exercício de 2025, relativo à “Lousada Século XXI – Atividades Desportivas e Recreativas – E.M. – Sociedade Unipessoal, Lda.”,** pelos 35 membros presentes na sessão, sem qualquer intervenção.-----

24. ---- Relatório de Execução Orçamental e Financeira – 3.º Trimestre 2024 da “Lousada Século XXI - Atividades Desportivas e Recreativas – E. M.- Sociedade Unipessoal Lda. -----

-----A Câmara Municipal de Lousada, na sua reunião ordinária de 29/11/2024, deliberou por unanimidade **REMETER à Assembleia Municipal o “Relatório de Execução Orçamental e Financeira – 3.º Trimestre 2024” da Lousada Século XXI - Atividades Desportivas e Recreativas – E. M.- Sociedade Unipessoal Lda., para efeitos de acompanhamento e controlo, nos termos do artigo 42.º, n.º 1 da Lei 50/2021, de 31 de agosto de agosto na redação atual que lhe foi dada pela Lei n.º 69/2015. -----**

----- Não havendo intervenções por parte dos Membros Municipais presentes, procedeu-se à votação, resultando na seguinte **DELIBERAÇÃO: -**

----- No uso da competência prevista do artigo 42.º, n.º 1 da Lei 50/2021, de 31 de agosto de agosto na redação atual que lhe foi dada pela Lei n.º 69/2015, **a Assembleia Municipal de Lousada APROVOU por unanimidade de 35 votos o “Relatório de Execução Orçamental e Financeira – 3.º Trimestre 2024” da Lousada Século XXI - Atividades Desportivas e Recreativas – E. M.- Sociedade Unipessoal Lda. -----**

25. ---- Minuta do contrato programa para o ano de 2025 a celebrar entre o Município de Lousada e a Lousada Século XXI – Atividades Desportivas e Recreativas, E.M., Sociedade Unipessoal, Lda. -----

-----A Câmara Municipal de Lousada, na sua reunião ordinária de 29/11/2024, deliberou por unanimidade **SUBMETER À APROVAÇÃO da Assembleia Municipal de Lousada o contrato programa para o ano de 2025, a celebrar entre o Município de Lousada e a Lousada Século XXI – Atividades Desportivas e Recreativas, E.M. – Sociedade Unipessoal, Lda., nos termos do n.º 5 do artigo 47º da Lei n.º 50/2012, de 30 de agosto do Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais na sua redação atual. -----**

----- Não havendo intervenções por parte dos Membros Municipais presentes, procedeu-se à votação, resultando na seguinte **DELIBERAÇÃO: -**

----- No uso da competência prevista n.º 5 do artigo 47º da Lei n.º 50/2012, de 30 de agosto do Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais na sua redação atual, **a Assembleia Municipal de Lousada APROVOU por unanimidade de 35 votos o contrato programa para o ano de 2025 a celebrar entre o Município de Lousada e a Lousada Século**

XXI – Actividades Desportivas e Recreativas, E.M., Sociedade Unipessoal, Lda.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

----- **Não houve cidadãos inscritos para intervir nesta Sessão Ordinária.** --

----- E, nada mais havendo a tratar, a Presidente da Assembleia Municipal, Lurdes Castro, deu a palavra ao 1.º Secretário da Assembleia Municipal, Rúben João Pinto Bessa, que leu a Ata Minutada.

----- E, em seguida a Presidente da Assembleia, Lurdes Castro, submeteu à votação a Ata Minutada da Sessão Ordinária n.º 20/2024, que foi aprovada por unanimidade de 35 votos dos membros presentes e que fica apensa a esta ata, declarando a sessão encerrada às 00H21MIN.

----- **Faltou à sessão o seguinte membro da Assembleia Municipal:** -----

- **Armando da Costa Silva**, Presidente da União de Freguesias de Lustosa e Barrosas (Santo Estevão).

Lousada, 12 de dezembro de 2024.

A Presidente da Assembleia Municipal

Maria de Lurdes Oliveira e Castro _____

O 1º Secretário

Rúben João Pinto Bessa _____

O 2º Secretário

Vítor Carlos Almeida da Silva _____

Ata aprovada na 21.ª Sessão Ordinária de 27/02/2025 por unanimidade dos membros presentes participantes na sessão ordinária de 12/12/2024.